



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Beatriz Vidal Maia

Imagens dos direitos das crianças em
acolhimento familiar

Outubro de 2013



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Beatriz Vidal Maia

Imagens dos direitos das crianças em
acolhimento familiar

Tese de Mestrado em Estudos da Criança

Área de especialização em Intervenção
Psicossocial com Crianças, Jovens e
Famílias

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Natália Fernandes e
coorientação da Professora Doutora Ana
Tomás de Almeida

Outubro de 2013

Declaração

Nome: Beatriz Vidal Maia

Endereço eletrónico: beatrizvidalmaia@gmail.com Telefone: 968565342

Número do Bilhete de Identidade: 13618398

Título da tese: Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar

Orientadora: Professora Doutora Natália Fernandes

Coorientadora: Professora Doutora Ana Tomás de Almeida

Ano de conclusão: 2013

Designação do Mestrado:

Mestrado em Estudos da Criança – Intervenção Psicossocial com Crianças,
Jovens e Famílias

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO,
APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO
ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 31 /10/2013

Assinatura: _____

Agradecimentos

Este é o local em que posso expressar-me livremente e dirigir-me aos que merecem os meus sinceros e merecidos agradecimentos. Termina um ciclo, acaba mais uma etapa da minha vida pessoal e académica. A estes dois últimos anos redobrei o meu esforço e dedicação. Todos os obstáculos e desafios ultrapassados, devo não só à minha vontade e positivismo, como a todos os que me acompanharam e acreditaram, mais uma vez, que sou capaz.

Em primeiro lugar, um obrigado às famílias de acolhimento por terem colaborado neste projeto e à equipa da Mundos de Vida. Não esquecerei o interesse, o tempo dedicado e a vontade de ajudar para que este projeto se realizasse.

Às minhas duas professoras que me acompanharam desde o momento que disse: “Tenho de mudar de tema de dissertação. Posso? Ajudam-me?”. Desde então o vosso voto de confiança pôs-me à prova. À Professora Ana Tomás de Almeida por ter tornado possível este projeto e pelo seu interesse neste tema que quis agarrar. À Professora Natália Fernandes por me relembrar que sou uma estudante portuguesa com valor e pelas contantes palavras de conforto e confiança.

Agradeço a paciência da minha irmã Sara! Obrigada pela tua ajuda desde sempre e por seres a minha confidente, pelos conselhos e pelas formatações. Obrigada por seres a melhor irmã, por confiares em mim e por seres a minha melhor amiga, sempre!

A ti Hugo, por teres confiado em mim e por me teres acompanhado mesmo de longe, por teres ouvido as minhas lamúrias, as minhas preocupações e respeitado as minhas vontades. Agradeço-te por fazeres parte da minha vida e por me fazeres feliz.

As minhas últimas palavras vão para quem mais merece. Aos meus pais. Escreveria uma dissertação só para vos agradecer tudo. Escreveria uma dissertação sobre a minha família, por vossa causa. A vocês dedico esta dissertação. A vocês agradeço a minha vida, os conselhos, os “ralhanços”, o carinho, o amor e a confiança. Amo-vos demais. Por todas as oportunidades que me proporcionaram, o meu OBRIGADO mais sentido e sincero.

Resumo

Os direitos das crianças são tema de referência na área dos estudos da criança, tendo como documento chave a Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas, de 1989. As crianças são ainda hoje alvo de discriminação, sendo mesmo consideradas, como Mayall (2004) refere, um grupo minoritário. Embora se considere desde a retificação da Convenção por Portugal, em 1990, que as crianças são reconhecidas como sujeitos de direitos, ainda existem alguns desafios a serem ultrapassados no que concerne ao respeito dos direitos das crianças, tal qual apresentados na Convenção.

O sistema de proteção infantil português prevê o acolhimento familiar como uma medida de proteção para as crianças que por variados motivos são privadas de viverem com a sua família biológica. Esta medida não é a mais utilizada em Portugal, mas, segundo a investigação nacional e estrangeira, é benéfica para o desenvolvimento saudável e estável das crianças.

Esta dissertação de mestrado pretende focar-se nesta relação entre direitos das crianças e o acolhimento familiar. Desta forma, o objetivo principal é perceber a visão dos direitos das crianças que as famílias de acolhimento têm, utilizando a técnica de *photovoice*. A presente investigação destaca os direitos das crianças acolhidas a ter e a crescer numa família, a participarem e a serem protegidas. Para isto, foi desenvolvido um estudo empírico junto das nove famílias de acolhimento que participam num programa de acolhimento familiar da instituição Mundos de Vida, que consiste na análise de fotografias tiradas pelas mesmas e das narrativas familiares produzidas em sessões, onde recorrendo à técnica do *photovoice* se explorou a escolha, o conteúdo e os significados atribuídos aos registos fotográficos. No tratamento dos dados fazemos uma primeira análise descritiva das fotografias que é complementada pela análise de conteúdo das narrativas familiares buscando a interpretação dos significados que atribuem ao acolhimento familiar na perspetivas dos direitos da criança à família, à proteção e à participação.

A presente dissertação não tem o intuito de provar que o acolhimento familiar é a melhor medida a ser utilizada no sistema de proteção infantil, mas sim dar a conhecer o testemunho de algumas famílias de acolhimento e contribuir para a investigação nesta área.

Palavras-chave: acolhimento familiar; direitos das crianças; *photovoice*.

Abstract

Children's rights are the subject of reference in the field of child studies, with the Convention on the Rights of the Child United Nations, in 1989, as the key document. Children still today suffer discrimination and are, as stated by Mayall (2004), a minority group. Although it is considered that children are subjects of rights since the ratification of the Convention by Portugal, in 1990, there are still some challenges to be overcome regarding the respect of children's rights, as stated in the Convention.

The Portuguese child protection system predicts foster care as protection measure for children who, for various reasons, are deprived of living with their biological family. This measure is not the most used measure in Portugal, but, according to the national and foreign academic research, it is beneficial for the children's healthy and stable development.

This master degree dissertation intends to focus on this relation between children's rights and foster care. Thus, the main goal is to understand the vision of children's rights that foster care families have, using the *photovoice* technique. This investigation highlights the rights of foster care children to have and to grow in a family, to participate and to be protected. For this, we developed an empirical study with nine foster care families that participate in the foster care program of an institution called *Mundos de Vida*. This study consists in analyzing photographs taken by them, and family narratives produced in sessions where it was used the *photovoice* technique to explore the choice, the content and the meanings attributed to the photographic records. When we were processing the data we did a first descriptive analysis of the photographs which was complemented by the content analysis of the family narratives seeking the interpretation of the meanings that are assigned to the foster family perspectives on children's rights to family, protection and participation.

This dissertation it is not designed to prove that foster care is the best protection measure to be used in the Portuguese protection system, but instead to show some foster care families testimony and to contribute to the research in this area.

Keywords: foster care; children's rights; *photovoice*.

Índice

Introdução	1
Parte I - Enquadramento teórico	5
Capítulo 1 - Conceptualização de infância e de família	5
Capítulo 2 - Acolhimento familiar em Portugal	9
2.1. O sistema de proteção infantil Português	9
2.2. Enquadramento histórico	11
2.3. Enquadramento legal	12
2.4. Enquadramento social: caracterização	13
Capítulo 3 - Os direitos das crianças em acolhimento familiar	17
3.1. Os direitos a ter e a crescer numa família, a participarem e a serem protegidas	17
3.2. A relação entre o acolhimento familiar e os direitos das crianças em Portugal e as suas implicações na prática	19
Parte II - Estudo empírico	23
Capítulo 1 - Mundos de Vida – caracterização do contexto de investigação	23
Capítulo 2 - Princípios teóricos e metodológicos	27
2.1. Método	27
2.2. Amostra	31
2.3. Instrumento	32
Capítulo 3 - Análise de dados do estudo empírico	33
3.1. Descrição sumária das sessões de <i>photovoice</i>	33
3.2. Descrição e primeira análise interpretativa das fotografias selecionadas pelas famílias	35
3.2.1. Análise das fotografias selecionadas: a identificação da metáfora do acolhimento familiar	35
3.3. Análise de conteúdo das narrativas familiares	49

3.4. Interpretação e discussão dos dados (anexo VII)	52
Conclusão	69
Bibliografia	72
Anexos	77

Índice de Abreviaturas e Siglas

APP – Acordo de Promoção e Proteção

ATL – Atividades de Tempos Livres

CDC – Convenção dos Direitos das Crianças

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

ECMIJ - Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

EMAT – Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

ONG – Organização Não-Governamental

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Índice de Figuras e Quadros

Figura 1 - Intervenção Subsidiária no Perigo - Pirâmide da Subsidiariedade (CNPCJR, 2012)	9
Quadro 1 - Análise das fotografias da Família A	41
Quadro 2 - Análise das fotografias da Família B	42
Quadro 3 - Análise das fotografias da Família C	43
Quadro 4 - Análise das fotografias da Família D	44
Quadro 5 - Análise das fotografias da Família E	45
Quadro 6 - Análise das fotografias da Família F	46
Quadro 7 - Análise das fotografias da Família G	47
Quadro 8 - Análise das fotografias da Família H	48
Quadro 9 - Análise das fotografias da Família I	49

Introdução

A presente dissertação tem por tema os direitos das crianças acolhidas a terem e a crescerem numa família, a participarem e a serem protegidas. A vontade de analisar os direitos das crianças acolhidas através de outro olhar – o olhar das famílias de acolhimento – foi a motivação para desenvolver este tema.

Pretende-se estudar quais os dispositivos que as famílias de acolhimento mobilizam para proporcionar um ambiente familiar seguro às crianças acolhidas e fomentar a sua participação nas decisões permitindo-lhes adotar a posição de sujeitos de direitos ao invés de serem consideradas como objeto desses direitos.

Pretende-se ainda compreender os benefícios para as crianças acolhidas crescerem e se desenvolverem enquanto cidadãos num ambiente familiar, numa família de acolhimento. Não ambicionamos provar que o acolhimento familiar é a melhor medida a ser utilizada/impulsionada no sistema de proteção infantil, até porque a amostra conseguida no estudo empírico não é representativa da população portuguesa. O que pretendemos, em termos objetivos, é estudar e conhecer famílias de uma instituição com um serviço especializado de acolhimento familiar.

Definimos como objetivo primordial fazer uso da técnica de *photovoice* para recolher registos fotográficos de situações familiares que, na perspetiva das famílias, sejam representativas dos direitos como o direito à família, à proteção e à participação, mas ainda da perceção das conquistas, mudanças e dificuldades.

A escolha do tema desta dissertação prende-se com o interesse em estudar e compreender este grupo de famílias de acolhimento, a sua coragem e vontade em ajudar e acolher crianças que necessitam de cuidado, de orientação, de atenção e de afeto. Outro motivo prende-se com a relativa ausência de trabalhos científicos sobre a temática do acolhimento familiar. Neste sentido, sentimos a necessidade de contribuir para o estudo e análise deste campo.

Esta dissertação encontra-se dividida em duas partes: a primeira relativa ao enquadramento teórico e a segunda relativa ao estudo empírico, aos seus princípios metodológicos e procedimentos, e à sua análise e discussão dos resultados.

A primeira parte divide-se em três capítulos, nomeadamente, a conceptualização de infância e de família, o acolhimento familiar em Portugal e os direitos das crianças em acolhimento familiar.

O primeiro capítulo trata a mudança do conceito de infância e das mudanças ocorridas na sociedade ao longo de décadas do século passado, assim como a evolução do conceito tradicional de família, influenciado pela transformação das estruturas sociais, económicas, políticas e religiosas.

O capítulo seguinte subdivide-se em quatro pontos. Explora as conquistas e mudanças do sistema de proteção infantil português e como as mesmas influenciam a visão que temos acerca do acolhimento familiar, tendo em conta o seu enquadramento histórico, legal e social em Portugal.

No capítulo 3 recorreremos à Convenção dos Direitos das Crianças para abordar a importância dos direitos das crianças, especificamente os direitos de ter e de crescer numa família, de participarem na vida social e de serem protegidas. No segundo ponto do mesmo capítulo, estabelecemos uma relação entre o acolhimento familiar e os direitos das crianças em Portugal e as implicações na prática, apresentando o percurso evolutivo que o acolhimento familiar em Portugal e também alguns desafios que esta medida ainda tem de ultrapassar.

A segunda parte desta dissertação diz respeito ao estudo empírico e encontra-se dividida em três capítulos, designadamente: a caracterização da instituição de enquadramento onde o projeto teve lugar; os princípios teóricos e metodológicos necessários à investigação; e a análise de dados do estudo empírico.

O primeiro capítulo da segunda parte apresenta uma breve caracterização da instituição de enquadramento, a instituição Mundos de Vida, pelo facto de ter sido através desta que a amostra de participantes foi conseguida para o estudo empírico.

O segundo capítulo subdivide-se em três pontos. No primeiro ponto define-se o método de investigação selecionado para o desenvolvimento do estudo empírico. O método selecionado abrange um quadro teórico que respeita a investigação qualitativa, metodologia escolhida para o estudo, o método de estudo de caso e a técnica de *photovoice* como técnica recolha de dados para o projeto desenvolvido. Por sua vez, o segundo ponto apresenta a descrição da amostra dos participantes no mesmo, e o último ponto, a descrição do instrumento utilizado.

O terceiro capítulo encontra-se dividido em quatro pontos: i) descrição sumária das sessões de *photovoice*; ii) a descrição das fotografias selecionadas pelas famílias e identificação dos temas subjacentes às mesmas; iii) análise de conteúdo das narrativas familiares e categorias de conteúdo; iv) a interpretação dos dados e discussão dos mesmos.

O primeiro ponto apresenta a descrição das sessões com as famílias de acolhimento desenvolvidas e orientadas no âmbito do projeto da dissertação. Aqui são especificados o material usado, os participantes e o conteúdo das sessões com as famílias.

O segundo ponto diz respeito uma análise prévia, em quadros, das fotografias das famílias de acolhimento. Aqui são apresentados os pontos de vista das famílias para cada uma das fotografias que escolheram analisar nas sessões, de acordo com os objetivos das mesmas.

Desta análise emerge o tema ou temas subjacentes às fotografias e o significado da sua escolha.

O terceiro ponto apresenta as categorias de análise selecionadas, que abrangem as narrativas das famílias participantes que serão descritas, interpretadas e discutidas no ponto seguinte. Estas são apresentadas num quadro que se encontra em anexo (Quadro 10).

O quinto ponto diz respeito à interpretação e discussão dos resultados obtidos através da análise por categorias apresentada previamente, onde será feita a ponte entre a interpretação e descrição dos dados e a literatura.

Por fim, apresentamos uma conclusão onde refletimos acerca dos aspetos teóricos e empíricos explorados na dissertação, os limites e obstáculos sentidos e as implicações desta dissertação na investigação na área de eleição - os estudos da criança.

Acreditamos que esta dissertação será uma mais-valia por contribuir para a investigação na área dos estudos da criança, particularmente, no que diz respeito à promoção de um olhar mais respeitoso e real acerca dos direitos das crianças em acolhimento familiar em Portugal.

Parte I - Enquadramento teórico

A fundamentação teórica apresentada nesta dissertação procura enquadrar a investigação realizada com o objetivo de perceber a visão/perceção que as famílias de acolhimento têm acerca dos direitos das crianças. Deste modo, o primeiro capítulo do enquadramento teórico procura precisar o conceito de infância e de família, no âmbito da sociologia de infância. No segundo capítulo, procuramos apontar uma breve reflexão acerca da estruturação e evolução do sistema de proteção infantil português e explorar o enquadramento histórico, legal e social do acolhimento familiar, como segundo subtema. Por último, no terceiro e último capítulo do enquadramento teórico, procuramos refletir acerca dos direitos das crianças em acolhimento familiar a ter e a crescer numa família, a participarem e a serem protegidas, fazendo um elo de ligação aos direitos na prática do acolhimento familiar em Portugal.

Capítulo 1 - Conceptualização de infância e de família

“A criança é razão de ser do mundo e, mais do que isso, representa o futuro desse mundo”
(Gomes-Pedro, 2004, p. 33).

A partir do século XIX as crianças assumem e são representadas por uma identidade própria e modos de vida diferentes dos adultos, começando a constituir-se como um grupo social com especificidades socialmente construídas e definidas (Qvortrup et al, 1994; Corsaro, 1997; James e Prout, 1997; e Soares e Tomás, 2004).

A infância deve ser considerada como uma categoria geracional e as crianças como atores sociais com um papel ativo na construção da sociedade, no presente (Qvortrup, 2009). Enquanto “componente estrutural e cultural específica de muitas sociedades” (Prout and James, 1990, citado em Qvortrup, 2009, p. 25), a infância sofre mudanças ao longo do tempo, porque todas as estruturas que compõem as sociedades influenciam diretamente a maneira como cada geração é vista e entendida e a maneira como as crianças podem ou não ser ouvidas, protegidas e cuidadas. Assim “A infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída” (Franklin, 1995, p. 7, citado em Sarmiento, 1997, p. 8).

De acordo com Gomes-Pedro (2004, p. 33), “pensar em futuro (...) tanto em termos científicos como morais, obriga a pensar na criança”, refletindo se o investimento feito hoje nas crianças é o suficiente para garantir o melhor futuro para elas.

Considerando que o ser humano é um ser bio-psico-social, ou seja, que o seu desenvolvimento depende não só de fatores intrínsecos, mas também do contexto e do ambiente que o rodeia (rede de inter-relações sociais e pessoais), as crianças e jovens vão desenvolver-se através das relações com a sua família e amigos mais próximos, mas também com a comunidade onde estão inseridos. Vão crescer numa sociedade que os vai influenciar e que ao mesmo tempo, vai ser definida pelos mesmos.

Esta discussão leva-nos à conceptualização da família, concordando com Almeida (1995, p. 117), quando esta afirma que “a família tem-se afirmado como uma instituição universal”, possuindo, nos nossos dias, “novas configurações e novos papeis”. A transformação estrutural que a família tem vindo a sofrer desde o início da segunda modernidade (Sarmento 2004), implica que se pense acerca da sua complexidade e influência na infância.

De acordo com Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres, e Wall (1998) e Sarmento (2004), o conceito de família tem vindo a mudar na sociedade portuguesa com características como: maior nível de nupcialidade; menos casamentos; mais divórcios; maternidade precoce; mais situações de monoparentalidade; menos crianças por mulher em idade fértil; a emergência/o aparecimento de outras formas de família. Sendo assim, “a transformação familiar convida a que a família seja pensada como instituição social em mudança, sendo como tal construída e estruturada, e não como uma entidade natural” (Sarmento, 2004, p. 16).

No preâmbulo da Convenção dos Direitos das Crianças (CDC), a família é definida como um

“elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade” (1989, p. 3).

De acordo com este documento, os Estados Partes devem reconhecer que a criança “deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão”, para que possa desenvolver harmoniosamente a sua personalidade (CDC, 1989, pp. 3).

Silva, Garcês, Baptista, Barbosa, e Ribeiro (2001, p. 21) afirmam que “a família é uma instituição social que regula grande parte do sistema de relações entre as pessoas e destas com o resto do mundo”. É uma rede complexa de relações e emoções. Neste contexto é importante mencionar o artigo 20 da CDC, referente à proteção da criança privada de ambiente familiar, que assegura que todas as crianças que não podem ser cuidadas pela sua família têm o direito de serem protegidas e cuidadas devidamente por pessoas (pelo Estado) que respeitam a sua etnia, religião, cultura e língua (CDC, 1989; UNICEF, 2013).

Delgado (2011, p. 156) refere que “a experiência de vida num ambiente familiar, num contexto de estabilidade, de segurança” associada a novos vínculos e à preservação de laços afetivos (sempre que possível), “promove a resiliência, a recuperação física e psicológica das crianças, o seu bem-estar e desenvolvimento”.

Atualmente, o Estado não tem os recursos necessários para cuidar das crianças devidamente ou como deveria. De momento, não existem recursos financeiros e humanos suficientes, existe uma grande barreira burocrática e uma fraca comunicação entre serviços e falta de parcerias (entre instituições, escolas, centros de saúde, câmara municipal, etc.). Infelizmente, esta é uma situação séria e um problema presente em Portugal que tem sérias consequências no acompanhamento às famílias e no cuidar das crianças e jovens. As políticas públicas direcionadas às famílias são muito residuais, o que resulta da falta de apoios e da escassez de equipamentos socioeducativos. Ou seja, são os familiares (em grande parte, as mulheres) os responsáveis por cuidar das crianças, uma vez que o Estado não oferece as redes de apoio suficientes. Perguntamo-nos então: como é no caso das crianças sem família? Que papel poderá ter a família de acolhimento na produção de bem-estar da criança? Estas são algumas das questões que nos inquietam e para as quais procuramos algumas respostas ao longo deste trabalho.

Capítulo 2 - Acolhimento familiar em Portugal

2.1. O sistema de proteção infantil Português

A proteção da infância é “um domínio em contínua evolução, especialmente a partir da segunda metade do séc. XX. Na sua qualidade de sistema de respostas sociais, constitui um marcador dos movimentos da sociedade, das representações dominantes de família, do lugar social da infância, dos modos de relação instituídos entre adultos e crianças, dos seus problemas e soluções” (Martins, 2004, p. 167).

O sistema jurídico-constitucional português prevê um sistema de proteção infantil baseado na “intervenção familiar, com respeito pela autonomia progressiva da criança e do jovem e na participação do Estado e da comunidade” (Sani e Soares, 1999, p. 77), levando à realização dos direitos das crianças. Em Portugal, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) - Lei nº147/99, de 1 de Setembro - estabelece os princípios de atuação em termos de proteção de crianças. Esta atuação é feita, particularmente, através das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e das Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT). Além destas, existem ainda as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), tais como instituições particulares de solidariedade social (IPSS), segurança social, entidades policiais, centros de saúde, escolas, Organizações Não-Governamentais (ONG), entre outras (CNPCJR, 2012), que trabalham em parceria para o bem-estar, acompanhamento e proteção das crianças e jovens.

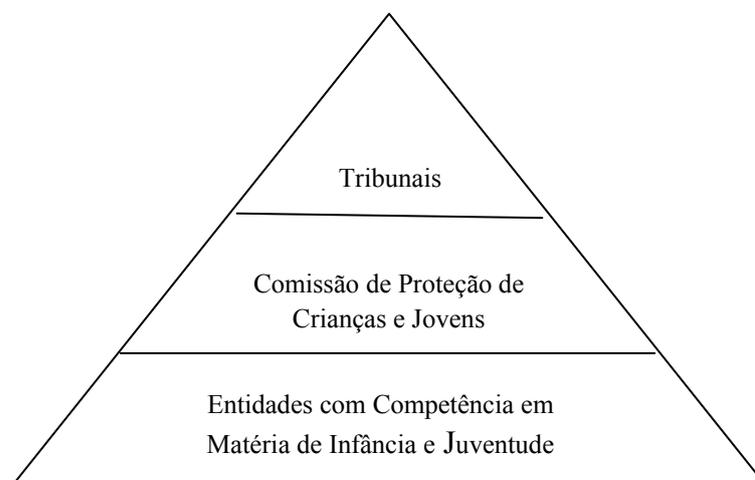


Fig. 1 - Intervenção Subsidiária no Perigo - Pirâmide da Subsidiariedade (CNPCJR, 2012)

As instituições integrantes do sistema de proteção infantil português estão representadas em pirâmide e organizadas em três níveis de intervenção, como a imagem acima identifica (Fig. 1).

Partindo da base da pirâmide, o primeiro nível de intervenção representa as entidades de intervenção direta com as famílias (com o seu consentimento). No segundo nível de intervenção posiciona-se a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens que opera, também uma intervenção com as famílias (com o seu consentimento e não oposição da criança). Por fim, o terceiro nível de intervenção e no topo da pirâmide apresentam-se os tribunais (CNPCJR, 2012).

Neste contexto, e de acordo com a figura 1, a prevenção primária e secundária definem-se como um dos objetivos fundamentais do sistema, têm como grupos alvo, respetivamente, a população, em geral, e os grupos em situação de maior vulnerabilidade ou risco. Já à prevenção terciária, compete aos profissionais uma atuação protetora na situação de perigo e reparadora das suas consequências (CNPCJR, 2012).

As ECMIJ, as CPCJ e os Tribunais têm o papel-chave na promoção e proteção dos direitos das crianças, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar, e da sua família, com o objetivo de atenuar um dano ocorrido e evitar ou acabar com situações de maltrato. O Estado e as suas leis são representados por estas instituições, e a intervenção familiar e o seu acompanhamento são da sua responsabilidade.

Deste modo, a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas ECMIJ (nomeadamente as Forças de Segurança), pelas CPCJ e, em última instância, pelos Tribunais. A intervenção das CPCJ só tem lugar quando não for possível a ECMIJ remover o perigo de forma adequada e suficiente (CNPCJR, 2012). Neste caso, é assinado um compromisso entre as CPCJ e os Tribunais. Este compromisso é assinado entre as CPCJ ou os Tribunais e os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto e, ainda, a criança e o jovem com mais de 12 anos, e é denominado de acordo de promoção e proteção (APP), com o intuito de afastar a criança do perigo, sendo constituído por sete medidas de promoção e proteção que devem ser cumpridas por ambas as partes. Cada APP tem uma medida e cada medida tem os seus objetivos, obrigações e deveres por parte das duas partes envolvidas, dependendo da situação que envolve as crianças. As medidas de promoção e proteção previstas pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Lei nº147/99, de 1 de Setembro, são: apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança à pessoa idónea; apoio para a autonomia de vida; acolhimento familiar; acolhimento em instituição; e confiança a pessoa selecionada para adoção ou instituição com vista a futura adoção

(CNPJ, 2012). Ao contrário dos Tribunais, onde as decisões são obrigatórias apesar de um consenso, as CPCJ trabalham com a família de uma forma colaborativa.

De acordo com Mayall (2004), “como a infância é vivida, aqui e agora, no presente, depende em grande parte das políticas sociais, e estas por sua vez, refletem o entendimento da infância, e visões de relações criança-adulto” (p. 45). Quanto a esta questão, o Estado é o responsável por cuidar das crianças. Em relação ao acolhimento familiar, o Estado tem o poder sobre o futuro das crianças acolhidas (políticas sociais aplicadas pelos profissionais nos tribunais): decide se a criança deve ser separada da família biológica e quando; se a criança tem de permanecer numa instituição; ou se deve ser acolhida; etc. Em situações de acolhimento, os profissionais das instituições que acompanham a criança discutem com ela, com a família biológica e com a família de acolhimento, e dão a sua opinião/sugerem uma possível resolução para o seu processo de proteção, e os tribunais tomam uma decisão, tendo em conta essa opinião ou sugestão, ou não. Durante este processo de decisões, as crianças com menos de 12 anos de idade não podem dar a sua opinião e, às vezes, as crianças com 12 ou mais anos de idade, não veem este direito respeitado. A relação de poder que existe ainda prova a ideia de que a infância é um grupo minoritário com baixo *status* e pouco poder.

Pelo facto de o Estado não ter recursos suficientes e não poder ser o único responsável pelo cuidar e pela proteção das crianças, destacamos a importância da participação da sociedade civil. Deste modo, existem unidades de emergência, que em articulação com as CPCJ, retiram as crianças de situações de risco e de perigo. É obrigação do Estado proteger as crianças de situações adversas e dar a oportunidade a cada uma destas crianças de ter uma família proporcionando-lhe um ambiente saudável e estável para poder crescer.

2.2. Enquadramento histórico

Particularmente devido aos movimentos a favor da infância e contra o maltrato infantil, na segunda metade do século XX, o acolhimento familiar começou por fazer parte da lei como uma resposta a problemas experienciados por famílias e uma intervenção por parte das autoridades locais e públicas de forma a “garantir o bem-estar e os direitos de proteção” (Amorós & Palacios, 2004, p.12). O acolhimento familiar é uma resposta a essas situações em que as crianças não podem ou não devem estar com a sua família biológica. Nestes casos, as crianças ficam temporária ou permanentemente com outras famílias que,

automaticamente ficam encarregues da sua educação e desenvolvimento (Amorós & Palacios, 2004).

Depois da segunda guerra mundial, o modelo de acolhimento familiar foi adotado por vários países e adaptado às suas especificidades (Martins, 2005). O acolhimento familiar sempre existiu em Portugal de uma forma informal. Foi o destino de muitas crianças órfãs ou abandonadas. Estas crianças eram muitas vezes colocadas na roda dos expostos¹ e depois entregues a instituições de acolhimento, como por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia ou a Casa Pia de Lisboa.

De acordo com Delgado (2011, p. 109), “as raízes do acolhimento familiar estendem-se à génese da comunidade e fundamentam-se no espírito solidário, de entreajuda, ou nos deveres inerentes aos laços familiares”. Até à década de 60, as crianças sem suporte familiar ficavam com amas. Esta situação foi regulada nos anos sessenta (1962) com o estabelecimento de regras de recrutamento das amas, de condições do seu trabalho e determinação das suas tarefas e objetivos (Martins, 2005). A necessidade de prevenir o abuso infantil motivou a melhoria desta medida de proteção. Posteriormente, em 1966, as famílias de acolhimento vieram substituir as amas, o que corresponde ao reconhecimento da importância da família como instituição ou agente privilegiada de (con)vivência, experiência e desenvolvimento para as crianças. Em 1967 teve lugar a primeira tentativa de formalizar o acolhimento familiar, apenas bem-sucedida na década de 70 (Calheiros, Fornelos e Dinis, 1993).

No século XX, a institucionalização instaurou-se como a principal medida de proteção infantil mantendo-se até aos dias de hoje.

2.3. Enquadramento legal

Em Portugal, o acolhimento familiar ainda não tem uma expressão significativa, no entanto, nos últimos 30 anos, o discurso legal tem evoluído e tem vindo a mudar. O caminho legal do acolhimento familiar começou em 1979, com o decreto-lei nº 288/79, de 13 de Agosto. O acolhimento familiar era então designado de colocação familiar temporária, e definido no artigo 1 como uma:

¹ Era um mecanismo usado para abandonar os recém-nascidos. Os recém-nascidos eram colocados numa porta que rodava, de maneira que quem deixava a criança não via quem a recebia e essa pessoa não via quem a deixava. Uma vez deixados, ficavam ao cuidado de instituições de caridade.

“colocação temporária de crianças cuja família natural não esteja em condições de desempenhar cabalmente a sua função educativa, em famílias consideradas idóneas, que devem proporcionar um meio substitutivo que garanta a segurança, o afeto, e o respeito pela personalidade, pelo nome e identidade” (Delgado, 2010, p. 337).

Treze anos depois, o decreto-lei nº 288/79, de 13 de Agosto foi substituído pelo decreto-lei nº 190/92, de 3 de Setembro. Anos mais tarde, a LPCJP, Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, atualizou este último decreto-lei e incluiu o acolhimento familiar como uma medida de promoção e proteção, definindo e especificando os tipos de famílias de acolhimento e as suas modalidades. Finalmente em 2008 foi aprovado o decreto-lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro que determina o novo sistema e reafirma a definição do acolhimento familiar:

“Consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, e visa a integração da criança ou do jovem em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessárias ao seu desenvolvimento” (artigo nº 2, Decreto-Lei nº 11/2008).

Segundo a tipologia presente na LPCJP, o acolhimento familiar é uma medida de colocação temporária que pode ser de curta duração – sempre que o retorno da criança à sua família biológica seja previsível num prazo não superior a seis meses - ou de longa duração – nas situações em que se ultrapassa os seis meses de duração (Batalhas, 2008)

2.4. Enquadramento social: caracterização

O acolhimento familiar é uma resposta social especialmente útil de apoio à criança e à família, pois proporciona um contexto familiar alternativo quando a criança é retirada da sua família biológica. Segundo Berger (1998, citado em Martins, 2005, p. 64), a família de acolhimento “protege a criança do risco físico ou psíquico iminente ou atualizado no seu contexto de origem, presta-lhe os cuidados necessários e facultar-lhe uma oportunidade de acesso a modos relacionais eventualmente distintos dos vividos no seio da família biológica”.

Diversos estudos apontam para o facto de “o acolhimento familiar ser uma solução mais adequada para uma efetiva separação temporária de uma criança dos seus pais”² (Mundos de Vida [MDV], 2012). As crianças têm a possibilidade de experienciar um ambiente que oferece condições necessárias para um desenvolvimento harmonioso, e ainda de ter a atenção e o carinho destas famílias³ (MDV, 2012). A família de acolhimento possibilita que uma criança viva com uma família diferente (Delgado, 2011).

Um dos maiores desafios desta medida de promoção e proteção é reconhecer que o seu objetivo primordial é o retorno da criança à família biológica, apesar da imprevisibilidade desse retorno. Quando a medida é decidida, não significa que a criança não vai regressar à sua família biológica, mas na maioria das vezes, é isso que acontece (Delgado, 2010).

Pode-se então dizer que tem um papel complementar ao da família biológica até a criança regressar à mesma. Assim, assume uma função de facilitadora da relação entre a criança acolhida e a sua família biológica. De acordo com Casas (1998^a, citado em Martins, 2005, p. 64), “a família de acolhimento propriamente dita que, diariamente e por um período delimitado de tempo presta cuidados à criança, não tendo nenhuma função específica relativamente à família biológica, a não ser manter a comunicação necessária com esta”.

As crianças, muito provavelmente permanecerão com a família de acolhimento até aos dezoito anos ou até serem autónomos. De acordo com Sinclair (2005, citado em Delgado, 2010, p. 338), “o acolhimento familiar prolongado é positivo quando garante longas estadias na mesma família”, como acontece no sistema português.

A opção pelo acolhimento familiar deve ser fundamentada numa avaliação e diagnósticos prévios, feitos por uma equipa técnica. Esta equipa pode pertencer à instituição de enquadramento ou a outras instituições com as quais haja protocolo de cooperação ou parceria (Mendes, 1997, citado em Martins, 2005). Esta equipa tem como funções:

- a seleção das famílias candidatas ao acolhimento;
- a análise da situação individual e familiar da criança acolhida;
- o acompanhamento do acolhimento;
- o apoio à família de origem com vista à reintegração;
- a elaboração de pareceres relativos à permanência da criança em regime de colocação familiar, à aplicação de outra medida ou à sua reintegração (Mendes, 1997, citado em Martins, 2005, pp. 67-68).

² Mundos de Vida (2012). A importância do acolhimento familiar. Recuperado a 9 de Setembro, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/A_importancia_do_acolhimento_familiar

³ Mundos de Vida (2012). A importância do acolhimento familiar. Recuperado a 9 de Setembro, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/A_importancia_do_acolhimento_familiar

É necessário haver um acordo que envolve a família biológica e a de acolhimento, ambas acompanhadas pelas instituições competentes — os Centros Regionais de Segurança Social e, em Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia ou, mediante acordo, as IPSS. Estas instituições são responsáveis pelo “pagamento das prestações às famílias de acolhimento, pela disponibilização de meios materiais adicionais para fazer face a situações extraordinárias (saúde, educação) e dos equipamentos necessários” (Mendes, 1997, citado em Martins, 2005, p. 68).

O acolhimento familiar pode acontecer em i) lar familiar, ii) em lar profissional ou pode ser considerado como iii) acolhimento de emergência, de acordo com as classificações previstas pela LPCJP:

- i. acolhimento em lar familiar – acolher uma ou mais crianças em no seio de uma família candidata apenas a família de acolhimento;
- ii. acolhimento em lar profissional – relaciona-se diretamente com o acolhimento de crianças com várias problemáticas e necessidades especiais (crianças com deficiência, doença crónica ou problemas do foro emocional e comportamental). Neste tipo de acolhimento, os acolhedores têm de ter competências especializadas para lidar com este tipo de situações. Apenas podem ser acolhidas o máximo de duas crianças (Delgado, 2010);
- iii. acolhimento de emergência – dá-se em situações em que a criança tenha de ser retirada da sua família biológica numa situação particularmente séria. A criança fica com a família de acolhimento apenas por alguns dias até o seu futuro ser decidido (Delgado, 2011).

O acolhimento familiar é uma medida marcada pela transitoriedade, o que pode implicar um sentimento de segurança, como também uma difícil adaptação, tanto por parte das crianças como da família que as acolhe.

Quando esta medida tem de terminar, a possibilidade de proporcionar à criança novas relações com a família de acolhimento, assim como a continuidade da ligação e da identificação com a família biológica são vantagens merecedores de reconhecimento.

Todas as crianças têm o direito a crescer em/numa família, num ambiente seguro, terno, que promova o seu desenvolvimento integral e contribua para uma estabilidade emocional e uma boa qualidade de vida. Com a aplicação do acolhimento familiar como medida de promoção e proteção prevista pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, as crianças têm o direito a serem integradas e acolhidas numa

família enquanto não estão reunidas todas as condições para regressarem à sua família biológica.

Capítulo 3 - Os direitos das crianças em acolhimento familiar

3.1. Os direitos a ter e a crescer numa família, a participarem e a serem protegidas

É nossa intenção refletir acerca do direito de as crianças terem e crescerem numa família, mas também do direito a participarem e a serem protegidas, recorrendo para tal a alguns artigos da CDC.

A sociologia de infância defende que as crianças devem ser reconhecidas como seres humanos competentes com a sua própria identidade, agentes ativos com liberdade de escolha e com a capacidade de saberem e aprenderem com as suas experiências e de as transmitirem. Sendo assim, devem ser consideradas ativas na construção dos seus contextos de vida, na vida dos que as rodeiam e na própria sociedade a que pertencem (Almeida, 2009). De acordo com Sarmiento e Pinto (1997, p. 9), “o sistema político (...) e o modo como as crianças são culturalmente percebidas afetam de modo igualmente positivo a realização dos respetivos direitos”.

As crianças devem usufruir do direito a ter e a crescer numa família que lhes possa dar amor, estabilidade e proteção e contribuir para o seu desenvolvimento e bem-estar físico e emocional. Infelizmente, por várias razões, algumas crianças não beneficiam desta possibilidade. Neste caso, o Estado tem um papel importante no que respeita à intervenção e promoção dos direitos da Convenção, e tem responsabilidade de agir, cuidando e provindo estas crianças, como foi referido anteriormente.

Os direitos de participação e de proteção são também de referenciar, devido à importância que têm no crescimento das crianças. Polkki, Vornanen, Pursiainen, e Riikonen (2012) afirmam que:

“As crianças que estão em acolhimento familiar não têm muitas vezes meios para influenciar assuntos que lhe dizem respeito (...) A Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas consagra os direitos das crianças a serem capazes de exprimir livremente os seus pontos de vista em assuntos que as afetam diretamente, e a serem ouvidas em qualquer procedimento judicial ou administrativo que lhes diga respeito” (p. 107).

Esta afirmação dos autores acentua os pontos 1 e 2 do artigo 12 da Convenção:

- “1. Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade”;
- “2. Para este fim, é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja diretamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional” (CDC, 1989, p. 10).

Participação, de acordo com a Welsh Assembly Government (2005), é “ter voz, ter escolha”. E de acordo com o artigo 3 da CDC, o superior interesse da criança deve estar sempre presente em todas as decisões que digam respeito à criança (CDC, 1989; UNICEF, 2013). De facto, Alves (2007) considera o papel dado à criança fundamental em todo o processo de acolhimento deve ser desenvolvido e adaptado às suas necessidades e características.

Portugal foi um dos países que retificou a CDC, a 21 de Setembro de 1990, tendo sido um passo significativo para que as crianças fossem reconhecidas como sujeitos de direitos. Desde então, o sistema de proteção infantil evoluiu e mudou relativamente à forma como as perspetivas das crianças devem ser valorizadas em relação à forma como os direitos presentes na CDC, devem ser assegurados. Por exemplo, embora não aconteça sempre, a opinião e a participação de crianças com 12 anos de idade nos Tribunais começa a ser válida, porque se “começa a encarar a criança como a melhor pessoa para contribuir para a compreensão e resolução dos seus problemas” (Sani e Soares, 1999, p. 76); foram adotadas novas medidas no sistema de saúde, intervenção social e novas regulações na educação, sendo a reforma do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo disso ilustrativas (Fernandes e Tomás, 2011).

No entanto, algumas crianças ainda são postas de parte devido à sua idade. Por exemplo, e como mencionamos anteriormente, as crianças só podem ser ouvidas em Tribunal e nas CPCJ quando têm 12 anos de idade (Sani e Soares, 1999). Tendo em conta estes factos, o sistema de proteção infantil parece de alguma forma contraditório, porque apesar de organizado, dá prioridade às decisões e opiniões dos adultos.

Por outro lado, é importante proteger as crianças de informações que podem causar algum dano emocional ou *stress*. No que respeita aos direitos de proteção, a CDC inclui, entre eles, o direito de proteção e reabilitação para crianças que tenham sofrido exploração ou qualquer tipo de abuso; a proteção da identidade das crianças (artigo 8); a proteção da sua vida privada (artigo 16); a salvaguarda das crianças contra todas as formas de abuso,

negligência e exploração (artigo 19); a salvaguarda para as crianças no sistema de justiça criminal (artigos 20, 25), entre outros (CDC, 1989; UNICEF 2013). Estes direitos de proteção são muito significativos porque, apesar de haver cada vez mais esforços para mostrar que as crianças são seres capazes e não “pessoas em ponto pequeno”, as crianças ainda são consideradas um grupo minoritário⁴. Isto porque são dependentes e têm de ser sustentadas pelos adultos⁵.

Os direitos de proteção são abrangidos e espelhados em todos os modelos da sociedade (na educação, na saúde, etc.), o que significa que todas as pessoas têm o direito a serem protegidas e as crianças não devem ser uma exceção, especialmente nas situações de acolhimento ou outras situações em que se encontram mais vulneráveis.

3.2. A relação entre o acolhimento familiar e os direitos das crianças em Portugal e as suas implicações na prática

O acolhimento familiar em Portugal mudou bastante desde a sua génese: tem um novo enquadramento legal que acrescentou importantes definições, conceitos e objetivos, tendo sido incluído no sistema de proteção de crianças e jovens.

No entanto, não é, ainda, uma medida aplicada com bastante frequência. Batalhas (2008, p. 11) destaca o resultado de um estudo⁶ realizado em 1999, pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, onde foram identificados alguns fatores que contribuem para justificar esta situação, entre os quais podemos referir: a fraca promoção da medida; a ausência de critérios de seleção específicos das pessoas envolvidas (motivações e equilíbrio emocional); a falta de formação prévia e acompanhamento técnico; a existência de critérios demasiado restritivos na definição dos níveis etários das crianças a serem acolhidas, bem como para as famílias acolhedoras.

Estes resultados podem justificar-se e estar diretamente relacionados com o facto de o acolhimento em instituição ser a medida de colocação mais utilizada em Portugal - cerca de 93% dos casos de crianças retiradas das suas famílias biológicas. Existem aproximadamente 9000 crianças que não vivem com os seus pais: cerca de 8453 estão institucionalizadas e cerca de 485 vivem em famílias de acolhimento⁷ (MDV, 2012). Em

⁴ Berry Mayall (2004), refletiu acerca deste conceito em vários trabalhos, nomeadamente em *Sociologias da infância*, in M. Holborn (ed.). *Developments in Sociology*.

⁵ Refiro-me num aspeto geral, pois existem crianças que, desde muito cedo, trabalham para se sustentar e sustentar a sua família.

⁶ Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1999). *Reforma do Direito de Menores*. Lisboa: Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade

⁷ Mundos de Vida (2012). Um olhar sobre a realidade portuguesa. Recuperado a 13 de Julho, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/A_situacao_em_Portugal

Portugal cerca de 5% das crianças que são retiradas das suas famílias, vivem em regime de acolhimento familiar. A instituição Mundos de Vida tem de momento (apenas) 90 famílias de acolhimento⁸ (MDV, 2012).

Mayall (2004, p. 43) refere que “as crianças têm conhecimento sobre o que é importante para elas”. Assim, as crianças devem ser consultadas e devem ter a possibilidade de dar a sua opinião nos seus processos de proteção/acolhimento. Por exemplo, as crianças têm conhecimento acerca da sua futura família de acolhimento e acesso a alguns documentos, mas não podem escolher para que famílias de acolhimento vão ou discordar/recusar onde foram colocadas. Esta decisão compete ao Tribunal. Pode dizer-se que os direitos das crianças são respeitados apenas em alguns aspetos do seu processo de acolhimento.

Para destacar a importância desta relação entre acolhimento familiar e os direitos das crianças, sublinhamos um estudo de Polkki, Vornanen, Pursiainen, e Riikonen (2012), que revela alguns resultados positivos acerca deste assunto. Os autores analisaram a participação de crianças em acolhimentos no seu processo de proteção e obtiveram como resultados: a necessidade e o desejo por parte das crianças em obter informações acerca dos seus processos e do seu futuro, e ainda que, uma vez acolhidas, os pais de acolhimento conversam e discutem com elas as situações, ocorrências e problemas que os envolvem. Isto realça a importância de a criança participar no seu processo de proteção.

Em Portugal, o acolhimento familiar ainda tem alguns desafios e situações que necessitam de ser ultrapassados, tais como: a falta de recursos humanos e físicos; a falta de divulgação e da medida, para que mais família se voluntariem para acolher; a falta de investigação e trabalho académico para que a informação seja atualizada e haja mais conhecimento acerca desta medida; a falta de um acompanhamento regular por parte das equipas às famílias biológicas (para as orientar para a mudança) e às famílias de acolhimento e às crianças (para lhes dar mais apoio/*backup*); a falta de parcerias entre instituições (escolas, centros de saúde, CPCJ, Tribunais, etc.); e, por último, os poucos casos de transição de crianças institucionalizadas para as famílias de acolhimento (Delgado, 2010; Martins, 2005).

Não obstante, o discurso político está a mudar; há um crescente interesse social em matéria ligado à infância, à adolescência, ao risco e aos maltratos associados; e o facto de as orientações legais terem vindo a mudar ao longo dos anos permitiu reforçar o desenvolvimento de melhores práticas de acolhimento familiar (Delgado, 2010, 2011).

⁸ Mundos de Vida (2012). Um olhar sobre a realidade portuguesa. Recuperado a 13 de Julho, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/A_situacao_em_Portugal

Existem mudanças no campo da proteção de crianças e jovens que significam um bom começo e caminho, tais como: a criação do Serviço Especializado de Acolhimento Familiar da Mundos de Vida, em 2006; novos cursos para os técnicos das CPCJ (melhor treino e preparação – melhor intervenção); e cada vez mais conhecimento acerca desta medida de promoção e proteção.

A informação presente nesta dissertação e reflexão acerca do acolhimento familiar mostra que existem algumas contradições. Por um lado, o contexto histórico do país é favorável ao acolhimento familiar, de uma maneira que evoluiu de acordo com uma mudança cultural, social, política e legal. Também podemos afirmar que há cada vez mais informações académicas disponíveis; existem esforços por parte de instituições locais para trabalhar em parceria e para aplicar esta medida⁹; e o contexto legal mudou de forma positiva e desenhou um caminho para a intervenção prática, ainda que não cobre todos os aspetos da intervenção social. Por outro lado, o facto de existir apenas uma instituição particular de solidariedade social que presta o serviço de acolhimento familiar em Portugal, torna mais difícil a divulgação desta medida.

Mesmo num processo lento e com pouca visibilidade, as mudanças já ocorridas mostram que o acolhimento familiar tem muito potencial, tanto pelo que significa como o que proporciona a crianças vulneráveis (Martins, 2005).

A descrição e análise das sessões de *photovoice* com as famílias de acolhimento apresentadas na Parte II desta dissertação comprovam este potencial.

⁹ Como por exemplo a Mundos de Vida que tem vindo a espalhar o seu programa de acolhimento através dos media.

Parte II - Estudo empírico

Pretendemos com esta investigação perceber a visão que as famílias de acolhimento têm dos direitos das crianças que acolhem. Deste modo definimos como objetivos específicos:

- compreender os modos como os direitos das crianças acolhidas são (ou não) respeitados no seio da família de acolhimento;
- afirmar a importância e o respeito dos direitos das crianças a crescer em família, a serem protegidas e a participarem na sociedade como cidadãos;
- identificar as conquistas e mudanças (positivas/negativas) na família desde o acolhimento;
- identificar as preocupações, receios e medos sentidos pela família.

Para cumprir estes objetivos esta investigação propõe a utilização de uma metodologia qualitativa, mobilizando o método de estudo de caso. Recorremos ao instrumento do *photovoice* para recolha dos dados e à técnica de análise de conteúdo para análise dos mesmos.

O capítulo que se segue caracteriza o contexto de investigação, a instituição Mundos de Vida. O segundo capítulo diz respeito aos princípios teóricos e metodológicos e o terceiro capítulo à análise de dados do estudo empírico.

Capítulo 1 - Mundos de Vida – caracterização do contexto de investigação

Neste capítulo pretendemos dar a conhecer a instituição de enquadramento que acolheu este projeto e ajudou em todos os passos necessários à sua concretização.

A Mundos de Vida é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, de utilidade pública e sem fins lucrativos, fundada a 29 de Julho de 1984, então com a designação de Centro Social de Lousado. Em 2004, aquando da comemoração do seu vigésimo aniversário, inspirada num projeto promovido pela mesma para o Programa Ser Criança, alterou o seu nome começando desde então a denominar-se “*Mundos de Vida, Associação para a Educação e Solidariedade*” (Batalhas, 2008). Orienta a sua atividade profissional para as áreas da educação, da ação social e da saúde. Localiza-se em Lousado, freguesia

pertencente ao concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga. Conta com cerca de 80 colaboradores e presta apoio a mais de 500 crianças e pessoas idosas¹⁰ (MDV, 2012).

Esta instituição tem como missão defender e afirmar os direitos das crianças, das pessoas idosas e das suas famílias e dar resposta às suas necessidades. Fá-lo através de serviços que correspondam às novas realidades sociais, com base numa visão esclarecida e humanista. Pretende ser reconhecida ao nível social e educativo, como a primeira escolha das pessoas aquando de uma necessidade e ainda ser vista como uma referência qualificada no setor. A intervenção desta instituição assenta numa “visão positiva, solidária e de esperança, focada na resolução das situações de maior vulnerabilidade”, atuando num quadro de independência, inovação e profissionalismo¹¹ (MDV, 2012).

A Mundos de Vida é constituída por três edifícios e oferece vários serviços¹², intervindo no âmbito da infância, terceira idade e serviço familiar e inserção social¹³ (MDV, 2012). Esta instituição oferece ainda outros serviços de atendimento e acompanhamento social à comunidade e um conjunto de atividades lúdicas, como o karaté, o *hip hop* e as danças de salão. Em 2006, abraçou o primeiro serviço especializado de Acolhimento Familiar do país, denominado Procuram-se Abraços, “assumindo uma nova missão centrada no direito de cada criança a crescer numa família” e constituindo-se a primeira IPSS como instituição de enquadramento¹⁴ (MDV, 2012).

Destacamos o serviço especializado de Acolhimento Familiar prestado por esta instituição, por ser de interesse desta dissertação. Este serviço foi desenvolvido em cooperação com a Segurança Social e criado com base no *know-how* de parceiros nacionais e espanhóis, com quem a Mundos de Vida celebrou protocolos de colaboração e formação técnica, nomeadamente, a Rede Procuram-se Abraços, a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, a UNIFAI – Faculdade de Biomédica (Porto), a Fundación Meniños, a Fundación Matia, a Rádio ECCA e a Universidade de Oviedo (Espanha)¹⁵ (MDV, 2012).

O modelo técnico de intervenção tem por base num conjunto de processos como a captação de famílias, a sua formação e seleção, a preparação da criança e da sua família natural, e da família de acolhimento, com o recurso e acompanhamento de uma equipa

¹⁰ Mundos de Vida (2012). História. Recuperado a 12 de Julho, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/_historia

¹¹ Mundos de Vida (2012). Visão. Recuperado a 9 de Setembro, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/_visao

¹² Possui várias valências em edifícios diferentes, tais como, o Acolhimento temporário para crianças (Casa das Andorinhas), o Lar de Infância e Juventude (Casa do Alto), o Lar residencial para idosos (Casa Maior), o Centro de Dia e o Apoio Domiciliário (SAD), Creche, o Jardim-de Infância e o ATL, Centro de Desenvolvimento Infantil, o Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens, e o Atendimento e Acompanhamento Social.

¹³ Mundos de Vida (2012). História. Recuperado a 12 de Julho, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/_historia

¹⁴ Mundos de Vida (2012). História. Recuperado a 12 de Julho, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/_historia

¹⁵ Mundos de Vida (2012). Parcerias técnicas. Recuperado a 9 de Setembro, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/_Parcerias1

multidisciplinar¹⁶ (MDV, 2012). Com este serviço pretende-se “encontrar uma nova geração de famílias, com um perfil mais humanitário orientado por razões solidárias, que estejam dispostas a acolher, temporariamente, crianças que, por diferentes razões, não podem viver com os seus pais”¹⁷ (MDV, 2012).

Este serviço especializado destina-se a famílias residentes nos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Vizela, Barcelos, Esposende, Santo Tirso, Trofa, Maia, Póvoa do Varzim e Vila do Conde¹⁸ (MDV, 2012).

Todos os anos a Mundos de Vida realiza a Campanha “Procuram-se Abraços” para encontrar novas famílias de acolhimento em diversos concelhos, tendo como lema o “direito de cada criança crescer numa família”, com o intuito de proporcionar a uma criança um ambiente familiar, terno e seguro para crescer e se desenvolver, porque “todas as crianças precisam de um abraço e de crescer no seio de uma família”¹⁹ (MDV, 2012).

¹⁶ Mundos de Vida (2012). Parcerias técnicas. Recuperado a 9 de Setembro, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/_Parcerias1

¹⁷ Mundos de Vida (2012). Um serviço especializado. Recuperado a 13 de Julho, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/_Um_servico_especializado

¹⁸ Mundos de Vida (2012). Um serviço especializado. Recuperado a 13 de Julho, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/_Um_servico_especializado

¹⁹ Mundos de Vida (2012). Campanha Procuram-se Abraços 2013. Recuperado a 13 de Julho, 2013, de http://www.mundosdevida.pt/_Campanha_Procuram-se_Abracos_2013

Capítulo 2 – Princípios teóricos e metodológicos

“A finalidade e essência da intervenção psicossocial consistem em captar o melhor de cada um e em particular daqueles que apresentem necessidades específicas para benefício de uma sociedade que tem preocupações com o bem-estar individual e o desenvolvimento social.” Almeida e Fernandes (2010, p. 14)

2.1. Método

“Uma pesquisa é sempre (...) um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento” (Duarte, 2002, p. 140).

O conhecimento, a ciência, a investigação e a formação são uma força primordial de criação e progresso. Para tal, mobilizam-se diferentes caminhos metodológicos, sendo que no caso específico desta investigação, se optou por uma metodologia qualitativa. Lakatos e Marconi (2001, citado em Frederico, 2006) definem o conceito de “método científico” da seguinte forma:

“(...) o método científico pode ser entendido como o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando nas decisões a serem tomadas” (p. 95).

Por sua vez, Maia, Baptista e Martins (2013²⁰) explicam que “os investigadores sociais e humanistas reconhecem, atualmente, o valor interpretativo dos métodos, pelo que dão preferência às metodologias qualitativas”.

A investigação qualitativa caracteriza-se, segundo Godoy (1995a, p. 62, citado em Neves, 1996, p. 1), por ter um “ambiente natural como fonte direta de dados e um pesquisador como instrumento fundamental”, um “carácter descritivo”, um “significado que as pessoas dão às coisas e à vida como preocupação do investigador” e um “enfoque indutivo”. No geral, os estudos qualitativos implicam um contacto direto e interativo entre o investigador e o objeto de estudo, sendo frequente o mesmo procurar entender os fenómenos, interpretando-os, de acordo com a perspectiva dos participantes (Neves, 1996).

²⁰ Artigo sem datação, por ainda aguardar publicação.

No caso específico desta dissertação, importa perceber os meandros que a investigação qualitativa assume quando é aplicada ao estudo com criança. Nesta, as crianças devem ser vistas como parte da investigação, assim como as famílias de acolhimento que participaram neste projeto. Isto porque, normalmente em investigação, as crianças não são percebidas como sujeito, mas como objeto das decisões dos adultos (Darbyshire, McDougall & Schiller, 2005). Segundo Leigh e Miller (2004), estudos que têm em conta as opiniões dos participantes, são “apropriados e relevantes para (...) gerar nova investigação” (p. 251).

Desta forma, definimos como método de investigação, o método de estudo de caso. Segundo Neves (1996, p. 3), os investigadores que utilizam este método “procuram saber como e por que é que certos fenómenos acontecem”. Ou seja, este método situa-se no ciclo de pesquisa, na fase da recolha da informação/dados. Assim, entendemos que este método se enquadra com os objetivos da nossa investigação, na medida em que pretendemos compreender os modos como um grupo restrito de sujeitos, as famílias de acolhimento selecionadas para o estudo, caracterizam os direitos das crianças.

O instrumento de recolha de dados utilizado nesta investigação é a técnica de *photovoice*. Consiste numa técnica de investigação-ação participativa (Wang, 1999) e, como tão bem mencionam Catalani e Minkler (2010), deve o seu desenvolvimento e importância a Caroline Wang, a Mary Ann Burris e seus colegas na década de 80 (Wang, 1999; Wang & Burris, 1994, 1997; Wang, Yi, Tao & Carovano, 1998). Esta técnica de investigação é usada pela primeira vez numa aldeia habitada maioritariamente por mulheres, numa zona rural da China (Wang & Redwood-Jones, 2001), surgindo como uma estratégia participativa da promoção da saúde em que as “pessoas utilizavam câmaras para documentar a sua saúde a sua realidade de trabalho” com o objetivo de, em grupo, refletir de uma maneira crítica, e “defender mudanças na sua comunidade, utilizando as suas fotografias e histórias para chegar aos políticos” (Wang & Redwood-Jones, 2001, p. 560). Wang e Burris (1994, 1997), Wang et al (1996), Wang (1999) e Wang e Redwood-Jones (2001), definem em vários dos seus artigos três objetivos principais do *photovoice*:

- capacitar e permitir às pessoas registar e refletir acerca das suas necessidades, fraquezas, mas também as suas forças, assim como da sua comunidade, dando-lhes *empowerment*;

- promover um diálogo crítico em grupo e um conhecimento aprofundado acerca de situações e problemas sentidos pelas pessoas e que existem na comunidade, facilitando a comunicação e o diálogo através da análise de fotografias;
- promover a mudança social/comunitária ao comunicar situações, problemas e necessidades aos políticos e à sociedade em geral levando a uma melhoria de vida da população (The Communication Initiative Network, s.d.);
- permitir que as pessoas alcancem visibilidade junto dos organismos de poder e “dar voz” às mesmas e às comunidades.

O facto de as pessoas participarem e se envolverem em todo o processo, torna-as atores sociais agentes de mudança (Photovoice Methodology, 2003).

Segundo Wang e Redwood-Jones (2001), e Strack, Magill e MacDonagh (2004), o *photovoice* é uma técnica baseada em três abordagens teóricas. A primeira respeita à conceção de uma educação para a consciência crítica de Paulo Freire, no sentido de defender que qualquer pessoa é capaz de ter um olhar crítico para o que o rodeia, ter a consciência do que percebe e lidar criticamente com isso. Ou seja, subjacente a esta técnica existe um *empowerment* das/nas pessoas que com ela se envolvem. A segunda é a teoria feminista que sugere que “o poder reverte para quem tem voz (...) faz história e participa nas decisões” (Wang & Redwood-Jones, 2001, p. 561). Esta perspetiva defende que não existe ninguém que melhor perceba as situações que as pessoas vivem, se não elas próprias. Neste caso, o exemplo da perspetiva feminista torna a utilização desta técnica muito útil e interessante, pelo facto de as mulheres se identificarem com outros grupos considerados minoritários ou vulneráveis e perceberem que podem ter uma voz na comunidade e na sociedade, e a participarem ativamente nas decisões que as afetam através desta técnica (mesmo informalmente).

A terceira teoria envolve a importância do impacto de documentar fotografias. São imagens que captam a atenção para situações e/ou problemas reais tiradas por indivíduos com objetivos pessoais/sociais/comunitários, etc., variados.

O *photovoice* apresenta-se como uma metodologia que valoriza a fotografia como ferramenta de desenvolvimento de forças e potencialidades das pessoas consideradas incapazes e/ou excluídas (Photovoice Methodology, 2003). É muito flexível, pois abrange diversos objetivos, diferentes grupos e/ou comunidades, assim como questões e temas distintos.

O *photovoice* tem diferentes fases: conceptualização do problema; definição de metas e objetivos; recrutar decisores políticos para a apresentação dos resultados do projeto; formação de formadores; realização de formação em *photovoice* (discussão sobre a fotografia, a ética, as câmaras e o poder); escolha do tema inicial para as fotografias; tirar fotografias; facilitar a discussão em grupo; facilitar a reflexão crítica e o diálogo (seleção de fotografias para discussão, contextualização, codificar questões, temas e teorias); documentação de histórias; avaliação da formação; mobilização dos decisores políticos, do media, dos pesquisadores e outros que podem ser mobilizados para criar a mudança; avaliação participativa e do programa de execução do projeto (Marques, 2008).

Apesar de esta técnica ser sido desenvolvida inicialmente para trabalhar questões relacionadas com a saúde, ela tem sido usado em várias outras áreas de investigação, como por exemplo, discriminação, violência política, intervenção com crianças, jovens, idosos e comunidades em diversos países e continentes no mundo (Catalani & Minkler, 2010).

Segundo Darbyshire, MacDougall, e Schiller (2005), a fotografia oferece uma maneira muito direta de ver as coisas, as situações e o mundo. Transmite uma percepção, experiências e entendimentos próprios onde não é negado a ninguém a oportunidade de falar e de ser ouvido (Photovoice Vision and Mission, 2003). Experienciar o *photovoice* juntando crianças e adultos, como foi feito nesta investigação, sugere, de acordo com os autores supracitados, que “os métodos visuais geram diferentes ideias daqueles que decorrem de entrevistas verbais ou escritas” (p. 423). Pode dizer-se que esta técnica é uma mais-valia à investigação, por transmitir o olhar do outro retratado pelo próprio.

Considerando os objetivos subjacentes à realização do nosso trabalho empírico, a escolha desta técnica é importante uma vez que possibilita aos diferentes atores envolvidos (famílias, crianças e jovens) a oportunidade de se envolverem ativamente no processo de pesquisa, o que por si é já um momento de promoção de competências pessoais e sociais. Citando Strack, Magill e MacDonagh (2004, p. 49),

“Aos jovens deve ser dada a oportunidade de construir e de confirmar as suas capacidades de comentar as suas experiências e conhecimentos, e de desenvolver uma moralidade social para que se torne uma agente positivo na sua comunidade e na sociedade”

Para analisar os dados recolhidos através do *photovoice*, utilizamos a análise de conteúdo, explorada mais à frente nesta dissertação.

2.2. Amostra

O método de amostragem utilizado foi o não probabilístico por conveniência, pelo facto de a instituição e os participantes terem sido escolhidos. Após contacto prévio e pedido de colaboração com o presidente da Mundos de Vida e com a técnica superior de serviço social procedeu-se à seleção das famílias através de contacto telefónico ou presencial da parte da técnica superior de serviço social, pelo facto de a mesma que acompanha as crianças e as famílias desde o início dos seus processos.

O processo de recolha de dados passou por reunir com cada família de acolhimento em duas sessões. Por motivos de indisponibilidade das famílias, a mestranda teve de marcar duas sessões em datas diferentes, sendo que participaram quatro famílias numa e cinco famílias na última. Como referido anteriormente, estiveram presentes na primeira sessão doze famílias, mas apenas nove participarem em todo o projeto.

Os participantes nesta investigação são famílias de acolhimento e as crianças acolhidas, dos concelhos de Braga e Porto, que fazem parte do 1º programa/serviço especializado de acolhimento familiar desenvolvido pela instituição Mundos de Vida.

O único critério de seleção dos participantes constou na inclusão de famílias que experienciassem todas as etapas do acolhimento familiar (curta e longa duração).

O projeto de investigação desenvolveu-se ao longo de três sessões de *photovoice*: na primeira foi apresentado o projeto e os objetivos do mesmo e feito o pedido de colaboração; na segunda e terceira sessões foi desenvolvida com as famílias uma conversa a partir da análise das fotografias que as mesmas recolheram previamente.

Na primeira sessão, estiveram presentes doze famílias de acolhimento. A mestranda contou também com a presença da técnica superior de serviço social que a apresentou aos participantes e fez de intermediária de alguma informação necessária. A presença da técnica superior de serviço social foi importante, pelo facto de as famílias de acolhimento e as crianças acolhidas a conhecerem, de maneira que ajudou ao quebra-gelo da sessão. Esta sessão decorreu no dia 4 de Maio do presente ano, pelas 10h da manhã. A segunda sessão ficou agendada para o dia 1 de Junho, pelas 10h30, em que compareceram quatro famílias de acolhimento. Apenas estiveram presentes quatro adultos. A terceira decorreu no dia 6 de Julho, pelas 10h30 e estiveram presentes seis famílias, sendo que apenas cinco

participaram no projeto²¹. Nesta sessão estiveram presentes duas crianças (uma criança acolhida e uma criança filha biológica de uma família de acolhimento) e sete adultos. Os filhos e as crianças acolhidas nas famílias não estiveram presentes, por se tratar de crianças com menos de um/dois anos ou ainda por terem sido agendadas visitas das famílias biológicas. As três sessões foram gravadas em formato áudio e decorreram em duas salas cedidas pela instituição. Na primeira sessão, a mestranda recorreu a materiais como o projetor e computador, ambos cedidos pela técnica superior de serviço social. Nas duas sessões seguintes teve auxílio de um computador (cedido pela técnica superior de serviço social) e de cartolinas, onde apontou com marcador as palavras-chave ou expressões apontadas pelas famílias acerca das fotografias (explicado mais à frente nesta dissertação).

2.3. Instrumento

Foi utilizado o instrumento de *photovoice* para recolher os dados pretendidos do projeto, pelo facto de pretendermos através da observação e contacto direto com as famílias de acolhimento captar um olhar e uma visão diferentes e únicas acerca da importância e do respeito pelos direitos das crianças acolhidas.

Com a utilização deste instrumento, pretendeu-se obter informações acerca:

- dos motivos que levaram as famílias a participarem no serviço especializado de acolhimento familiar da Mundos de Vida;
- do respeito pelos direitos das crianças acolhidas numa família;
- da importância e da visão que os direitos das crianças têm desde que são acolhidas por uma família;
- da importância dada ao direito de as crianças terem e crescerem numa família, serem protegidas e participarem na sociedade como cidadãos;
- das conquistas e mudanças (positivas/negativas) que ocorrem na família desde o acolhimento;
- das preocupações, dos receios e dos medos sentidos pela família de acolhimento desde o acolhimento;

²¹ Uma das famílias foi contactada pela técnica superior de serviço social pouco depois de esta ter sabido da desistência de três famílias depois da primeira sessão. No entanto, esta família compareceu sem fotografias na sessão, não podendo ter sido contabilizada como participante no projeto.

Capítulo 3 – Análise de dados do estudo empírico

Este capítulo subdivide-se em quatro pontos. Inicialmente serão descritas de uma maneira sucinta as três sessões de *photovoice* com as famílias de acolhimento. De seguida, será feita uma descrição e uma análise interpretativa das fotografias selecionadas pelas famílias. O terceiro ponto diz respeito à descrição da análise de conteúdo como técnica de análise de dados escolhida para este estudo empírico e as categorias de análise selecionadas. No último ponto será apresentada a interpretação das narrativas das categorias de análise, que estão presentes no Quadro 10 em anexo²², e a discussão dos dados obtidos.

3.1. Descrição sumária das sessões de *photovoice*

A primeira sessão teve lugar no dia 6 de Maio, nas instalações da Mundos de Vida, com a presença da mestrandia, da técnica superior de serviço social e das famílias de acolhimento contactadas pela mesma.

A sessão iniciou-se com a apresentação da mestrandia primeiro pela técnica superior de serviço social e depois pela própria. A mestrandia teve a ajuda de um guião de sessão²³ e uma apresentação *powerpoint*²⁴ para melhor explicar o projeto e pedir a colaboração das famílias de acolhimento para a sua realização, mostrando a importância desta colaboração/contribuição para o mesmo. Foram também apresentados os objetivos do projeto e entregues e assinados os documentos necessários (consentimento por parte das famílias de acolhimento e das crianças acolhidas)²⁵. Neste primeiro contacto, e após a assinatura dos documentos necessários à sua colaboração no projeto, pedimos a cada família que tirasse fotografias de momentos/situações que espelhassem os objetivos do projeto pretendidos²⁶. Foi explicado também que, no momento/sessão seguinte, teriam de levar as fotografias reveladas ou em formato digital para, com orientação da mestrandia, as interpretassem/analisassem.

A segunda sessão decorreu na manhã do dia 1 de Junho, e estiveram presentes quatro famílias. Apenas participarem adultos (6 adultos), pois as crianças tinham visitas marcadas nas instalações da Mundos de Vida ou eram bebés, pelo que, por questões logísticas não

²² Ver Anexo VII

²³ Ver Anexo I

²⁴ Ver Anexo II

²⁵ Ver Anexos IIIa, IIIb e IIIc

²⁶ Foi entregue um documento intitulado “Lista de temas” para ajudar a orientar as famílias quando tirassem as fotografias. Ver Anexo IV

estiveram presentes. A sessão também decorreu nas instalações da Mundos de Vida e foi gravada. O material utilizado foi: um computador; duas cartolinas; um marcador e um gravador áudio. Primeiro foi apresentado o *powerpoint*²⁷ para lembrar às famílias o projeto de investigação e os seus objetivos. Não foram seguidas as perguntas do questionário circular pela ordem proposta no guião da sessão²⁸ pois a sessão consistiu como que uma conversa. Todos os pontos a serem analisados foram focados de uma forma quase informal.

As famílias começaram por se apresentar: de onde eram (localidade) e qual a constituição da sua família. Quanto à análise das fotografias: foram analisadas quatro fotografias de cada família, escolhidas pela mesma e foram identificados assuntos/pontos previstos pela mestrande e outro que surgiram de uma forma subtil e voluntária. As próprias famílias identificaram, focaram e quiseram partilhar o porquê de participarem no programa *Procuram-se Abraços* da Mundos de Vida, quais as suas expectativas, receios e preocupações (comuns) no geral, enquanto família de acolhimento.

Durante a sessão, as famílias desenvolveram também ideias, opiniões e pensamentos voluntariamente, que não respondiam a nenhuma pergunta feita e preparada pela mestrande. Desta forma, surgiram palavras, expressões, pensamentos, sentimentos ditos pelas mesmas acerca do acolhimento familiar, relevantes para o estudo, que tendo sido registados em notas de campo, foram depois mobilizados para a análise neste estudo empírico.

A terceira e última sessão decorreram na manhã de 6 de Julho e estiveram presentes cinco famílias. Participaram adultos e crianças, nomeadamente, uma jovem de uma família de acolhimento e uma criança acolhida, sendo que as outras crianças acolhidas não compareceram pois tinham visitas marcadas nas instalações da Mundos de Vida.

A sessão também decorreu nas instalações da Mundos de Vida e foi gravada. O material necessário utilizado foi: um computador; cartolinas; um marcador; um gravador áudio. Foi apresentado o *powerpoint* no início da sessão para lembrar às famílias o projeto de investigação e os seus objetivos. Não foram seguidas as perguntas do questionário circular pela ordem proposta no guião da sessão, como aconteceu na segunda sessão. Todos os pontos a serem analisados foram focados de uma forma quase informal.

Nesta sessão, como estavam presentes mais famílias e elementos de cada família do que na sessão anterior, e o tempo dispensado era o mesmo, houve mais dificuldade em gerir o

²⁷ Ver Anexo Va e Vb – esta apresentação de *powerpoint* foi utilizada na segunda e na terceira sessões.

²⁸ Ver Anexo Via e VIb – este guião foi utilizado na segunda e na terceira sessões.

tempo da conversa, embora tenha sido definido no início da sessão um tempo para cada família analisar as suas fotografias, o qual não foi sempre respeitado.

No final das duas sessões ou no momento em que as famílias abandonaram a sessão mais cedo, a mestranda entregou uma rosa com o dia da sessão gravado, como forma de agradecimento pela sua colaboração/participação no projeto, mas também como forma de se recordarem que fizeram parte do mesmo.

3.2. Descrição e primeira análise interpretativa das fotografias selecionadas pelas famílias

Neste ponto apresentamos os conjuntos das quatro fotografias selecionadas por cada família. À seleção, que correspondeu ao pedido inicial, acresce a apresentação de cada fotografia através da descrição do contexto e da explicação que nos foi dada pelas famílias. As explicações consistem em detalhes dos discursos produzidos pelas famílias, que se entendeu destacar, pela informação que adicionam à imagem e ao significado que fornecem à descrição. Esta descrição é feita nos quadros seguintes (quadro 1 ao quadro 9), relativos a cada família que participou no estudo. Apresentamos também uma breve caracterização de cada família, mediante os dados nos quadros correspondentes.

Importa lembrar as orientações fornecidas às famílias: que seleccionassem quatro fotografias e que, como que numa conversa informal, partilhassem o significado das mesmas, tentando desta forma, compreender como é que representam o que idealizaram para ser família de acolhimento, que direitos das crianças identificam, quais as preocupações/receios/medos que sentem, quais as mudanças e/ou conquistas que destacam e que sentimentos transmitem.

3.2.1. Análise das fotografias selecionadas: a identificação da metáfora do acolhimento familiar

Nos quadros, para além da apresentação das fotografias e pequenos excertos das narrativas que se consideraram ilustrativos das mesmas, são identificados os temas ou tópicos imersos no discurso sobre a escolha da família. Nesta primeira etapa, a análise interpretativa visou essencialmente esclarecer o significado associado à escolha de cada fotografia e a sua relação com o objetivo para a sua seleção.

Deste modo, como uma etapa prévia à análise de conteúdo das narrativas que, de forma mais compreensiva, foram produzidas e serão apresentadas no ponto seguinte, iniciámos por identificar as passagens que contém maior teor significativo e de as nomear. Partimos do pressuposto que estes temas apresentam uma relação semântica próxima com os discursos destas famílias e simultaneamente apontam para as dimensões e objetivos do presente estudo. Por fim, de modo a realçar o significado apontado por cada família às suas escolhas procedemos à identificação da metáfora do acolhimento familiar de cada família participante.

Nos quadros posteriores, os temas são apresentados entre parênteses a seguir ao discurso das famílias relativo a cada fotografia. Contudo, nem todas as fotografias foram alvo de uma explicação ou comentário, uma vez que algumas fotografias estavam bastante inter-relacionadas, nem sempre as famílias consideraram que se justificava uma explicação separada. Centrando-nos por ora nas explicações fornecidas pelas famílias destaca-se:

- i. o seu ideal de acolhimento familiar e como se veem enquanto família de acolhimento;
- ii. os direitos das crianças representados (à família, à participação, à proteção e, especificamente, o fortalecimento das relações com a família biológica das crianças);
- iii. os sentimentos que emergem da sua participação no programa de acolhimento familiar;
- iv. as mudanças (conquistas e preocupações) que são percecionadas.

De modo a distinguir cada família e a preservar o seu anonimato, atribuímos-lhe um código para as nomear (Família A, B, C, etc.) e usamos uma metáfora para as caracterizar, tendo por base os discursos produzidos. De seguida, apresenta-se uma síntese em que são salientados os aspetos mais caraterísticos das famílias de acolhimento e que são sublinhados nos discursos. No final desta síntese apresenta-se a seleção das fotografias e as descrições e explicações para a escolha para cada família, respetivamente, que se encontram nos respetivos quadros.

Para a Família A, seleccionámos a metáfora *Uma família normal, com uma vida normal*, dos seus discursos, caracterizando-a deste modo como uma família de acolhimento descontraída e feliz, pronta para começar escrever a sua história, como se narrasse a sua aventura num livro. É uma família atenta às crianças e que respeita os seus direitos e as suas raízes. Preza o convívio familiar, as atividades de lazer em espaços públicos, mas

ainda o espaço privado das relações familiares, designadamente com a família biológica (ver Quadro 1).

Para a Família B, seleccionámos a metáfora *Dedicados à família, seja para bem, seja para mal* que emerge dos seus discursos, caracterizando-a como uma família de acolhimento dedicada e socialmente comprometida. É uma família numerosa que pretende contribuir para a visibilidade do acolhimento familiar e de um novo tipo de família. Manifesta de forma marcada e convicta do seu gosto por transmitir a sua experiência a outras pessoas/famílias, participando ativamente nas campanhas de divulgação do acolhimento familiar desenvolvidas pela Mundos de Vida e pela televisão pública. O fortalecimento dos vínculos afetivos e a união entre todos os elementos da família, principalmente entre os filhos é outra das características principais desta família de acolhimento, demonstrados, por exemplo, pelo convívio e partilha de celebrações familiares importantes em espaços públicos (ver Quadro 2).

Para a Família C, seleccionámos a metáfora *E se elas forem entregues ao pai?*, dos seus discursos, caracterizando-a deste modo como uma família de acolhimento feliz, mas preocupada. É uma família que preza muito a participação das crianças nas decisões do dia-a-dia, mas também a união/relação de afeto entre as crianças. O facto de, no momento da sessão, a família estar à espera de saber se a medida de acolhimento familiar iria ser renovada, fez com que esta família demonstrasse receio e preocupações constantes durante a sessão. O espaço de eleição desta família é espaço privado da sua casa ou então o momento único e delicado como o do nascimento da filha biológica do casal no hospital. Há um sentimento de parentalidade vivida e feliz a referenciar (ver Quadro 3).

Para a Família D, seleccionámos a metáfora *Quem põe 5 pratos na mesa, põe 6 ou 7 ou 8!* Nos seus discursos, referem ao ideal de serem uma família de acolhimento socialmente comprometida e atenta à necessidade de reforçar os laços com a família biológica ao mesmo tempo que valoriza os laços afetivos no seio da família de acolhimento. Considera que o ideal do acolhimento se associa com a satisfação dos direitos à família, à proteção e à participação o que exige desta família uma parentalidade responsável, atenta às necessidades das crianças no plano afetivo e social. Regista-se uma atenção particular à socialização e ao desenvolvimento pessoal e social (ver Quadro 4).

Para a Família E, seleccionámos a metáfora *Primeiro ele achou que estava de castigo...*, identificando-se nesta família o ideal do acolhimento familiar associado aos desafios e dificuldades ao exercício da parentalidade constantemente questionada, testada e que se afirma por intermédio das mudanças de comportamento e em ‘conquistas’ da criança que

refletem o sucesso das práticas educativas e da competência parental. A metáfora, caracteriza o estatuto de uma família de acolhimento desafiada, mas lutadora. Esta família foi a única que no momento da sessão sabia que a criança iria voltar à família biológica. Partilhou vários desafios desde o momento do acolhimento e um sentimento de resiliência, resultado da superação desses mesmos desafios e na constatação de sucessos educativos alcançados (ver Quadro 5).

Para a Família F, selecionámos a metáfora *É o construir de uma vida*. Dando expressão ao ideal do acolhimento familiar associado aos valores que esta família deposita na esperança de contribuir para melhorar a vida das crianças e das famílias que passam pela experiência de separação dos filhos. Esta família percebe-se muito preocupada com a separação e procura contribuir à medida das suas possibilidades para a reunião e fortalecimento dos vínculos com a família biológica. Ao mesmo tempo identifica-se com a necessidade de responder ao direito à família, à proteção e à participação empenhando-se em reforçar os vínculos afetivos entre as crianças acolhidas e o filho, tratando-os como irmãos e igualmente motivada para construir um ambiente familiar positivo. É uma família empenhada no programa e esperançada em superar os desafios associados às relações entre as famílias pontuando o orgulho e a satisfação pelo compromisso social (ver Quadro 6).

Para a Família G, selecionámos a metáfora *Eu não trabalho para a transição. Eu trabalho para hoje.*, pontuando o ideal do acolhimento familiar associado à motivação da família em corresponder às necessidades e ao direito da criança em ter uma família, à proteção e à participação que essa família lhe pode proporcionar. A família identifica-se como uma família disponível que prefere viver a experiência atual sem a angústia que a separação da criança acolhida pode suscitar. No discurso e relato regista a felicidade e a satisfação em preencher o desejo de exercer a parentalidade idealizada e desejada. Esta família reconhece-se centrada nas necessidades da criança (autoestima, autonomia e laços afetivos) em providenciar atividades e experiências novas e fomentar a participação em eventos públicos, de modo a promover o desenvolvimento da criança (ver Quadro 7).

Para a Família H, selecionámos a metáfora *Ela adaptou-se bem à família*, dando nota da expectativa e simultaneamente da avaliação de uma experiência bem sucedida. Registando o sucesso da criança ao sublinhar que a adaptação à família e à escola a família revê-se como promotora desse percurso adaptativo e pela competência em criar um ambiente familiar que facilita rotinas securizantes e estimuladoras de hábitos saudáveis. A ideia de família de acolhimento associada à garantia dos direitos da criança e à satisfação das necessidades emocionais, educativas, de proteção e participação, onde neste ponto se destaca o

fortalecimento dos vínculos com a família biológica (aos irmãos biológicos) (ver Quadro 8).

Para a Família I, selecionámos a metáfora *É mesmo uma família!*, onde se reconhece o desejo de incluir e de integrar patente em todas as fotografias selecionadas. Este sentimento de inclusão é sublinhado pelos pais e por outros externos à família. A ideia de uma família de acolhimento unida em tudo igual às famílias comuns é evidenciada passo a passo em expressões que indicam a satisfação com a experiência do acolhimento e com a capacidade dos filhos em responder de forma positiva ao acolhimento das duas crianças. As atividades e as experiências mais valorizadas testemunham a partilha das crianças, dando expressão ao direito à família, à proteção e à participação (ver Quadro 9).

Quadro 1. Análise das fotografias da Família A

Família A – Uma família normal, com uma vida normal: o casal e dois jovens acolhidos	
<p>Fotografia 1</p> <p>Família de acolhimento com as duas crianças acolhidas a jantar num restaurante chinês.</p>	<p>“A fotografia é divertida...é descomplicada.” (Expressão de sentimentos positivos e de felicidade familiar. Ideal de família unida e feliz)</p>
<p>Fotografia 2</p> <p>Fotografia tirada no parque de estacionamento do IKEA com as crianças dentro do carro cheio de caixas.</p>	<p>“Esta fotografia basicamente é uma aventura. Voltamos mais uma vez ao descomplicado.”</p> <p>(Ideal da família de acolhimento associado à experiência da parentalidade percecionada como um “livro branco”; desejo de viver uma parentalidade de forma normal e descontraída)</p>
<p>Fotografia 3</p> <p>Família toda junta sem pose para a fotografia. Tiraram-na num banco de jardim, em Aveiro, com o intuito de representar o dia-a-dia da família.</p>	<p>“Alguém tirou a fotografia, portanto fomos todos apanhados numa situação muito corriqueira, muito banal, muito simples”. “Portanto, é uma família normal, com uma vida normal. Isto é o dia-a-dia.”</p> <p>(Ideal da família de acolhimento associada a um quadro típico e normalizado das atividades comuns em família; sentimento de descontração, despreocupação, tranquilidade e calma)</p>
<p>Fotografia 4</p> <p>Fotografia da criança acolhida mais nova com a família alargada, com quem tem contacto. Em casa da avó.</p>	<p>(Ideal do acolhimento associado ao direito à família. Respeito pelas raízes biológicas das crianças)</p>

Quadro 2. Análise das fotografias da Família B

Família B - Dedicados à família, seja para bem, seja para mal: o casal, dois filhos biológicos e três jovens acolhidos	
<p>Fotografia 1</p> <p>A família de acolhimento junta em Guimarães, na divulgação da campanha Procuram-se Abraços, da Mundos de Vida.</p>	<p>“Esta fotografia transmite a união que há na nossa família.” “Se de alguma forma a nossa presença nalgum sítio ou espaço surtir algum efeito, eu fico feliz.”</p> <p>(Ideal do acolhimento associado à união familiar; Sentimento de felicidade associado ao protagonismo social e ao papel de mensageiro do acolhimento familiar)</p>
<p>Fotografia 2</p> <p>Fotografia para um programa de televisão (publicidade para a campanha). Toda a família junta.</p>	<p>“É esta a nossa trupe.”</p> <p>(Sentimento de identidade associado à vivência da coesão familiar)</p>
<p>Fotografia 3</p> <p>Fotografia com os jovens da família. Enterro da gata, Universidade do Minho, em Braga.</p>	<p>“Foi um momento importante para nós, em que a minha filha [biológica] disse: deixei de ser bicho.”</p> <p>“É uma fotografia recente”. “Mostra cumplicidade. Demonstra o quanto unidos nós somos e que estamos presentes em todas as situações, seja para bem, seja para mal. Todos estão felizes.”</p> <p>(Ideal de família associado aos sentimentos de união, cumplicidade, felicidade; Representação dos direitos à família e à participação através da reunião em comemorações simbólicas)</p>
<p>Fotografia 4</p> <p>Fotografia escolhida para o programa “Esta é a minha família”. Toda a família junta num jardim em Famalicão.</p>	<p>“Esta fotografia a nós diz-nos muito, porque foi a fotografia escolhida para passar no programa de televisão só nosso, intitulado “Esta é a minha família”. Foram 45 min mesmo dedicados à família.”</p> <p>(Ideal de família associado aos direitos de família e de participação através da visibilidade/protagonismo que obtêm nos media; sentimento de dedicação/generosidade.</p>

Quadro 3. Análise das fotografias da Família C

Família C – E se elas forem entregues ao pai?: o casal, uma filha biológica (ainda bebê) e duas irmãs acolhidas	
<p>Fotografia 1</p> <p>As três meninas juntas em casa.</p>	<p>“Esta fotografia representa tudo.”</p> <p>(Ideal do acolhimento familiar e da família de acolhimento representado reunião pelo aumento da família após o nascimento da filha biológica do casal; direito à família, à proteção)</p>
<p>Fotografia 2</p> <p>As três meninas com a mãe de acolhimento, quando a filha biológica do casal nasceu. No Hospital.</p>	<p>“Mais uma viragem na nossa vida.”</p> <p>“Esta mudança significou muito. Aceitaram muito muito bem, desde o princípio.”</p> <p>(Ideal da família de acolhimento através da integração das crianças acolhidas nas vivências de uma família a crescer; direito à família; sentimento de parentalidade feliz e competente; mudança associada à nova dinâmica familiar)</p>
<p>Fotografia 3</p> <p>Em casa da família de acolhimento.</p>	<p>“Elas a acordarem as três.”</p> <p>(Ideal do acolhimento associado à coesão da família e a família de acolhimento representado no crescimento da família; direito à família)</p>
<p>Fotografia 4</p> <p>A criança mais velha a dar biberão à bebé, em casa.</p>	<p>“Elas participaram em tudo.”</p> <p>(Ideal de família de acolhimento representado através d direito à participação)</p>

Quadro 4. Análise das fotografias da Família D

Família D - <i>Quem põe 5 pratos na mesa, põe 6 ou 7 ou 8!:</i> o casal, uma filha biológica e duas crianças acolhidas (uma delas bebé)	
<p>Fotografia 1</p> <p>Criança mais velha acolhida com os dois irmãos biológicos (também estão acolhidos, mas noutra família), na Caminhada dos Abraços, promovida pela Mundos de Vida</p>	(Ideal do acolhimento familiar ligado ao comprometimento público; direito à família associado ao fortalecimento das relações com a família biológica; direito à participação em situações públicas)
<p>Fotografia 2</p> <p>As crianças acolhidas e a filha biológica juntas. Fotografia tirada em casa da família.</p>	<p>“Muito amor. Eles dão-se muito bem como irmãos. Parecem dois irmãos.”</p> <p>(Ideal acolhimento familiar associado ao afeto e aos vínculos, particularmente entre irmãos; sentimento de proximidade afetiva, união)</p>
<p>Fotografia 3</p> <p>Família de acolhimento toda junta em casa num jantar de família.</p>	<p>“Para mim eles são como meus filhos. Estão na minha casa...enquanto estiverem na minha casa são meus filhos.”</p> <p>(Ideal de família de acolhimento associado à responsabilidade parental e ao direito à proteção e a terem uma família; sentimento de pertença e coesão)</p>
<p>Fotografia 4</p> <p>Aniversário da criança acolhida mais velha, festejado na escola. À volta da mesa com os amigos.</p>	<p>“É a amizade que ele tem com os amigos.”</p> <p>(Ideal do acolhimento familiar associado às conquistas da criança no plano das relações sociais e novos amigos)</p>

Quadro 5. Análise das fotografias da Família E

Família E - Primeiro ele achou que estava de castigo...: mãe de acolhimento e uma criança acolhida	
Fotografia 1	–
Fotografia 2 Ida ao dentista. Criança está sentada na cadeira de dentista de pernas cruzadas, descontraída.	<p>“Esta tem muita história. Ele tinha pânico de dentistas. Cada vez que ele se sentava na cadeira ela dizia: abre a boca, e as pernas dele ficavam no ar, tal era o estado de...medo, de pânico. Lá conseguimos encontrar uma clínica com uma médica extraordinária com muita calma, muita paciência.”</p> <p>(O ideal de acolhimento associado simultaneamente aos desafios à competência parental, aos cuidados parentais e à satisfação das necessidades de saúde e de natureza socio emocional; o ideal da família de acolhimento associado ao direito da criança à parentalidade positiva e responsiva; sentimento de orgulho e auto-realização)</p>
Fotografia 3 Criança numa atividade didática, na Mundos de Vida.	<p>“Retrata a quantidade de desafios que ele já ultrapassou.”</p> <p>(Conquistas da criança a par do sentimento de auto-realização parental)</p>
Fotografia 4 1ª Fotografia tirada aquando da chegada a casa. Com a família biológica, na sala. Está ao colo da mãe de acolhimento.	<p>“Primeiro, ele achou que estava de castigo, o facto de ter de ficar comigo.”; “Essa postura de achar que era um castigo...acho que nunca deixou de existir...ele acha que eu que sou o castigo dele. Ele vai embora. Eu não posso fazer milagres. É extremamente complicado. Foi a avó que pediu, o que acaba por ser um processo mais doloroso. Nós somos famílias de transição, e nós trabalhamos com os nossos meninos como família de transição. Nós temos de trabalhar para o bem desta transição. Esta é que é a realidade.”</p> <p>(Ideal do acolhimento familiar associado ao direito à família e à proteção reforçado na satisfação dos direitos e necessidades das crianças e das famílias biológicas, consciência da importância do fortalecimento da relação com a família biológica)</p>

Quadro 6. Análise das fotografias da Família F

Família F- <i>É o construir de uma vida:</i> o casal, uma filha biológica e duas crianças acolhidas	
<p>Fotografia 1</p> <p>As três crianças: filha biológica e dois meninos de acolhimento com a mãe de acolhimento. O pai de acolhimento está a tirar a fotografia. Representa a família motivada para acolher os meninos.</p>	<p>“A acolhê-los....a família estava toda empenhada. Nós acolhemos e vivemos o hoje.”</p> <p>(Ideal do acolhimento familiar associado à capacidade de responder ao direito à família e à proteção, a família de acolhimento como família unida e coesa)</p>
<p>Fotografia 2</p> <p>Contacto com a família biológica. Meninos acolhidos com a família.</p>	<p>“Não penso no futuro. Sei que não são meus e tenho isso muito presente, mas neste momento, hoje, são meus.”</p> <p>“Incentivo à relação com os pais – os dois tiveram contacto com a família biológica até há um mês atrás, sensivelmente. Foram sempre respeitados e incentivados.”</p> <p>(O ideal do acolhimento familiar associado ao fortalecimento das relações com a família biológica; a família de acolhimento como núcleo parental responsável, securizante e protetor)</p>
<p>Fotografia 3</p> <p>Aniversário da criança acolhida mais nova. A família de acolhimento deslocou-se com as crianças até casa da mãe biológica para o menino poder passar o aniversário com ela e com o irmão que tinha nascido recentemente.</p>	<p>“A mãe tinha tido o irmãozito há duas semanitas e não podia fazer a deslocação e então fiz eu a deslocação com os meninos para ele comemorar o segundo aniversário, porque não tinha passado o primeiro aniversário com a mãe. Foi também o facilitar o contacto com a família.”</p> <p>(Ideal do acolhimento familiar representado através de processos facilitadores da relação entre a família biológica as crianças acolhidas e a família de acolhimento)</p>
<p>Fotografia 4</p> <p>As três crianças juntas. Em casa. Demonstra a cumplicidade entre as mesmas.</p>	<p>“Mostra a nossa motivação para ultrapassar os obstáculos...mostra essa alegria que temos com eles. Nós permitimos um ambiente feliz, saudável, alegre, que eles também ajudam a criar com essa alegria de ser criança.”</p> <p>(O ideal do acolhimento como resposta ao direito à família, o ideal de família representado através dos vínculos entre irmãos - coesão no subsistema filial; sentimento de alegria e orgulho na sua identidade familiar)</p>

Quadro 7. Análise das fotografias da Família G

Família G - <i>Eu não trabalho para a transição. Eu trabalho para hoje.:</i> o casal e uma criança acolhida	
<p>Fotografia 1</p> <p>1ª Fotografia que tiraram. Fotografia tirada antes de a criança ser acolhida. Antes do acolhimento, a criança passava os fins-de-semana com o casal.</p>	<p>“Um dos primeiros fins-de-semana que eu vim à instituição pedir para ela vir passar um fim-de-semana comigo. Levei-a à cabeleireira, que ela adora.” (O ideal do acolhimento familiar associado à vivência da parentalidade feliz e à satisfação dos desejos da criança. O ideal de família de acolhimento associado à experiência de ser pai ou mãe)</p>
<p>Fotografia 2</p> <p>Criança a dançar na festa das famílias, na Mundos de Vida.</p>	<p>“É uma criança que gosta muito de dançar, tem alguma dificuldade em se impor, tem alguma dificuldade em ser autónoma. Tem alguns problemas de confiança e autoestima. Dificuldade em criar novos laços.” (A ideia da família de acolhimento associada à parentalidade como resposta ao direito da criança à família - i.e. a ter pais que a acarinham, a estimulam, valorizam, à proteção das situações que a deixam insegura e à participação em eventos públicos)</p>
<p>Fotografia 3</p> <p>No final da noite, na festa das famílias, com um amigo.</p>	<p>“É uma criança que tem dificuldade em partilhar os sentimentos...necessidade de mostrar que tem uma família.” (O ideal de acolhimento familiar como resposta ao direito da criança ter uma família; a ideia de família de acolhimento como um núcleo responsivo e atento capaz de suprir as necessidades pessoais e sociais da criança)</p>
<p>Fotografia 4</p> <p>Criança na piscina em casa de outra família de acolhimento, amiga da sua.</p>	<p>(Direito à família e à participação)</p>

Quadro 8. Análise das fotografias da Família H

Família H – Ela adaptou-se bem à família!: o casal, duas filhas biológicas e uma criança acolhida	
<p>Fotografia 1</p> <p>Criança contente numa caminhada organizada pela Mundos de Vida.</p>	<p>“Encontrou o irmão e ficou histérica.”</p> <p>(O ideal de acolhimento familiar como resposta ao direito à família, à proteção e à participação e associando-se à capacidade da família de promover o bem-estar da criança e de facilitar e fortalecer o vínculo com a família biológica; sentimento de felicidade)</p>
<p>Fotografia 2</p> <p>Criança na comunhão do irmão. (De quinze em quinze dias as famílias de acolhimento encontram-se para que as crianças acolhidas se juntem, porque são irmãos.)</p>	<p>(O ideal de acolhimento associado ao direito à família e à participação em eventos que especificamente reforçam a identidade das famílias de acolhimento)</p>
<p>Fotografia 3</p> <p>Criança na comunhão do irmão. (De quinze em quinze dias as famílias de acolhimento encontram-se para que as crianças acolhidas se juntem, porque são irmãos.)</p>	<p>–</p>
<p>Fotografia 4</p> <p>Criança na sua comunhão.</p>	<p>“Ela adaptou-se bem à família e na escola. Não tenho que dizer da miúda. Ela todos os dias chega da escola, sobe as escadas e vai logo tomar banhinho. Nisso não dá trabalho nenhum.”</p> <p>(A ideia de acolhimento associada ao exercício de uma parentalidade responsável, atenta às necessidades educativas e promotora do bem-estar da criança; sentimento de satisfação; expressão do sucesso da criança e da família)</p>

Quadro 9. Análise das fotografias da Família I

Família I - <i>É mesmo uma família!</i>: o casal, dois filhos biológicos e três crianças acolhidas	
<p>Fotografia 1</p> <p>Família toda junta. No Algarve - 1^{as} férias, logo após o acolhimento das três crianças. Um dia que passaram na piscina todos juntos.</p>	<p>“Aqui foi...tivemos 15 dias mesmo juntos. Foi a primeira vez que tivemos juntos assim. A adaptação foi boa. Com os meus filhos então...espetacular.”</p> <p>(O ideal de acolhimento familiar associado à união familiar e a ideia de uma família acolhedora; direito à família sentimento de satisfação pela capacidade de integrar as crianças no seu seio e promover relações entre irmãos)</p>
<p>Fotografia 2</p> <p>Uma turista inglesa tirou fotografia a todos no Algarve, durante as férias, na praia.</p>	<p>“Estávamo-nos a conhecer uns aos outros. Acho que correu mesmo muito bem. É mesmo uma família.”</p> <p>(A ideia de família de acolhimento como um novo tipo de família; direito à família e à participação; sentimento de satisfação pelo reconhecimento dos outros)</p>
<p>Fotografia 3</p> <p>Todas as crianças a brincarem uns com os outros no jardim em casa. Tinham estado na piscina.</p>	<p>“É a união entre irmãos.”</p> <p>(O ideal de uma família de acolhimento representado pela união/cumplicidade entre as crianças; direito à família)</p>
<p>Fotografia 4</p> <p>Na passagem do ano. Família toda junta.</p>	<p>“Família completa.”</p> <p>(O ideal de família de acolhimento como uma família inclusiva; direito à família; sentimento de satisfação)</p>

3.3. Análise de conteúdo das narrativas familiares

A análise de conteúdo apresenta-se, segundo Bardin (1991, p. 9), como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (...) extremamente diversificados”. Segundo Maia, Baptista e Martins (2013²⁹), esta técnica implica “interpretar e compreender práticas e experiências, através da construção de significados”. Pode dizer-se que há uma certa liberdade de escolha do investigador, pois implica a sua opinião, atenção e interpretação do que presenciou e/ou do que leu. Sendo assim, a técnica da análise de conteúdo é caracterizada por um carácter “subjetivo”, já que “durante a execução de um estudo qualitativo, o papel e as opções do investigador são cruciais, pois é ele quem delimita o objeto, as categorias, as codificações e as interpretações” (Maia, Baptista e Martins, 2013).

Tem como objetivo ir além da descrição dos acontecimentos. Segundo Amado (2000, p. 54), a análise de conteúdo permite “além de uma rigorosa e objetiva representação do conteúdo das mensagens, o avanço fecundo, à custa de inferências interpretativas derivadas dos quadros de referência teóricos do investigador, por zonas menos evidentes que constituem o referido contexto de produção”.

De acordo com Guerra (2010), a análise de conteúdo tem duas dimensões: a descritiva - “que visa dar conta do que nos foi narrado” (p. 62), e a interpretativa – “decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência” (p. 62).

Segundo Maia, Baptista e Martins (2013), existem várias fases e diferentes tipos de análise de conteúdo que auxiliam na aplicação desta técnica, tais como a análise prévia, a exploração dos dados, o tratamento e interpretação dos dados, e a discussão e divulgação dos dados. Os autores destacam na primeira fase o primeiro contacto com o material, neste caso específico, o contacto com as famílias de acolhimento nas sessões e a análise dos seus discursos. Na segunda fase, é feita a exploração do material recolhido, delimitadas estratégias e reajustados os objetivos, definindo a estrutura da análise. Nesta fase são delimitadas as categorias de análise (apresentadas no Quadro 10), ou seja, palavras-chave ou expressões curtas que indicam a “significação central de um conceito que se pretende

²⁹ Artigo sem datação, por ainda aguardar publicação.

delimitar” (Amado, 2000, pp. 56-57), neste caso destaca do e recorrente ao longo dos discursos destas famílias de acolhimento. Após esta organização de informação, dá-se lugar à interpretação dos dados e à interrogação dos fenómenos. Importa referir que para o investigador, a análise está inacabada e incompleta (Amado, 2000). Neste caso, interpreta-se a relação das narrativas das famílias de acolhimento com as categorias de análise identificadas *a priori*. Nesta terceira fase, deve-se ter em conta o quadro teórico acerca do acolhimento familiar. A quarta e última fase dizem respeito à discussão dos dados obtidos, onde são registadas conclusões do estudo.

No contexto do *photovoice*, a entrevista às famílias produziu relatos relativamente extensos que completam a informação circunscrita à descrição e explicação sobre a escolha das fotografias. Estes relatos constituem-se em narrativas de conteúdo muito rico para a análise dos significados associados ao acolhimento familiar e sobre a experiência de cada família. Além disso, a análise destas narrativas familiares permite-nos aprofundar a primeira análise interpretativa à descrição das fotografias.

Para esta análise partimos de categorias definidas *a priori* e faremos uma análise de tipo dedutivo onde os códigos previamente definidos ajudam a identificar no texto as ideias que apoiam a nossa interpretação dos discursos.

De acordo com a literatura e com a pertinência deste estudo, definimos cinco categorias de análise e respetivas subcategorias para melhor compreender e analisar os dados apresentados no Quadro 10 (Anexo VII). Saliente-se que se entende por categorias, segundo Guerra (2010, p. 80), “variáveis cuja dinâmica é potencialmente explicativa de um fenómeno que queremos explicar”. A definição destas categorias partiu dos objetivos do estudo e dos tópicos do acolhimento familiar que se pretendem identificar na transcrição das sessões com as famílias de acolhimento.

No ponto seguinte será feita a interpretação e a discussão dos dados obtidos.

Sendo assim, a partir dos tópicos que se pretenderam investigar definimos as seguintes categorias de análise:

- os direitos das crianças acolhidas - esta categoria aplica-se para codificar na generalidade as ideias relacionadas com os direitos das crianças acolhidas, nomeadamente, à família, à participação e à proteção.
- as tipologias de famílias de acolhimento – esta categoria aplica-se para codificar as diferentes imagens de famílias de acolhimento que emergem dos discursos das famílias. Identificam-se como famílias cuidadoras, famílias ‘pausa’ e famílias mediadoras. Dividimos estas três tipologias por subcategorias:

- família cuidadora - esta subcategoria aplica-se para codificar a informação relacionada com a intervenção da família para suprir ou reparar carências e os efeitos das dificuldades e promover o desenvolvimento saudável e harmonioso. Expressa informação relacionada com as visões dos participantes acerca das características ou atributos que espelham a união da família e que favorecem o acolhimento de crianças (união/coesão familiar). E ainda descreve as práticas ou atitudes dos participantes que se identificam com as funções que o acolhimento familiar vai mobilizar e que fazem referência à responsabilidade, disponibilidade, atenção ou responsividade às necessidades da criança (exercício da parentalidade);
 - família ‘pausa’ – esta subcategoria aplica-se para codificar a informação relacionada com a intervenção da família para garantir um contexto familiar normalizado durante um período temporário que auxilie ao restabelecimento da família biológica;
 - família mediadora – esta subcategoria aplica-se para codificar a informação relacionada com as atitudes e práticas da família que favorecem a relação com a família biológica.
- acolhimento familiar: motivações e emoções – esta categoria aplica-se para codificar as intenções e os motivos que mobilizaram cada família para se assumir como família de acolhimento, mas também a expressão de sentimentos verbalizados pelas famílias. Assim, apresentamos duas subcategorias:
- motivações ao acolhimento– esta subcategoria aplica-se para codificar a informação sobre motivos, intenções ou valores que incluem o envolvimento dos participantes por razões solidárias para com a sociedade, as crianças e as famílias em situação de adversidade, representando o compromisso social que sentem;
 - emoções – expressão de sentimentos positivos e negativos: esta subcategoria aplica-se aos sentimentos verbalizados pelos participantes quanto ao acolhimento familiar e à sua função enquanto família de acolhimento, sendo identificados sentimentos positivos (informação relacionada com apropriação de sentimentos como constitutivos da identidade de uma nova família e aos

benefícios do acolhimento associado à expressão de sentimentos) e sentimentos negativos (informação associada à empatia pelo sofrimento das crianças).

- mudanças - conquistas e sucessos das crianças acolhidas: esta categoria aplica-se para codificar na generalidade as ideais relacionadas com os sucessos das crianças ao longo do acolhimento, nomeadamente conquistas educativas, comportamentais e nas relações com os outros.
- preocupações - esta categoria aplica-se para codificar na generalidade, as ideias relacionadas, por um lado, com a dificuldade de gestão dos afetos e em estabelecer vínculos afetivos³⁰, e por outro, com o receio das crianças regressarem à família biológica, tendo dificuldade na mediação dos conflitos com as famílias biológicas.

3.4. Interpretação e discussão dos dados (anexo VII)

Neste ponto propomo-nos interpretar os dados obtidos e descrever cada categoria e subcategoria de análise, “cruzando a diversidade das informações” (Guerra, 2010, p. 84). Pretendemos também discutir os resultados. Sendo assim, e de acordo com Poirier e Valladon (1983, citado em Guerra, 2010), devemos aceder aos postulados teóricos, meios e métodos de recolha de informação, clarifica as estratégias de recolha e de análise de dados utilizadas, documentando com dados empíricos as construções teóricas mais significativas e expõe os menos distinguidos. Os autores supracitados distinguem ainda a importância de se “preservar a confidencialidade das informações”, de se “estabelecer a sinceridade dos participantes” e de se “explicitar a significação teórica e a generalização dos dados” (Poirier e Valladon, 1983, citado em Guerra, 2010, p. 87).

A pesquisa teórica feita para que melhor pudéssemos preparar esta dissertação e o estudo empírico tentou fundamentar alguns conceitos chave orientadores da mesma e da reflexão que agora se apresenta: as crianças como atores sociais e a infância como uma categoria geracional, os direitos das crianças e o acolhimento familiar. Procurámos também recolher informação pertinente acerca da investigação qualitativa e do método de estudo de caso e ainda do *photovoice*, enquanto instrumento de recolha de dados e acerca da análise de conteúdo, como técnica de análise de dados.

³⁰ As famílias de acolhimento trabalham para a transição das crianças para a família biológica. No entanto, esta transição pode acontecer ou não, e daí o receio de ter dificuldade em gerir os sentimentos.

Quanto à técnica de análise dos dados, consideramos que a análise de conteúdo seria a técnica que melhor se adequa a este tipo de investigação qualitativa, porque “o trabalho sociológico (...) não se limita a simples descrições etnográficas, mas procura o sentido social que está subjacente à descrição dos fenómenos” (Guerra, 2010, p. 83).

A questão da confidencialidade foi algo que tratámos com bastante cuidado e tendo atribuído um código a cada família, como por exemplo, “Família A”, etc.

As cinco categorias de análise apresentadas no Quadro 10 em anexo (VII) decorreram da análise da transcrição das narrativas das famílias de acolhimento nas sessões e de acordo com os objetivos da dissertação. Identificámos também subcategorias, por haver informação mais específica e pertinente para melhor compreender, analisar e interpretar os dados que apresentamos neste ponto.

Conseguimos informações muito ricas acerca da experiência das famílias, da importância que dão ao acolhimento, do respeito e da vontade que têm em ajudar estas crianças e de assumir de funções parentais. Por um lado, algumas narrativas dos participantes não foram esperadas, como por exemplo o assumir das funções parentais. Por outro lado, o facto de não terem partilhado situações referentes ao seu papel como facilitadores para com a família biológica, foi algo que não contávamos. No entanto, e como referimos anteriormente, havia crianças que não tinham contacto com a família biológica e que não vão voltar para a mesma, e esta situação não era esperada nem do nosso conhecimento antes do contacto com os participantes nas sessões.

Começamos por identificar as categorias e subcategorias que se destacaram no Quadro 10. A “Família cuidadora” é a categoria que mais narrativas abrange, sendo a que mais se distingue. Seguidamente, a categoria “Mudanças - conquistas e sucessos” e depois a categoria “Direitos das crianças - à família, à participação e à proteção”, apesar de não apresentarem subcategorias. A categoria “Acolhimento familiar: motivações e emoções” composta pelas subcategorias “Motivações ao acolhimento” e “Emoções – expressão de sentimentos positivos e negativos”, abrange mais narrativas do que as restantes subcategorias, nomeadamente, a “Família ‘pausa’” e a “Família mediadora”.

A categoria “Mudanças – conquistas e sucessos” foi uma categoria que à partida esperávamos que tivesse mais narrativas, não nos tendo surpreendido com a quantidade de informação que conseguimos recolher.

Algo que era esperado, mas que não ocorreu, foi a respeito da categoria “Preocupações”. Foi das que menos testemunhos recolheu, o que se tornou num dado interessante. O facto é

que os participantes apontaram praticamente as mesmas preocupações ou medos, mostrando que não têm muitos receios quanto ao seu papel e função no acolhimento.

De facto, a literatura que acedemos e expomos na primeira parte desta dissertação permitiu uma boa preparação para as sessões e ajudou a entender melhor certos testemunhos dos participantes, mas está em falta para com alguma informação que foi recolhida nessas sessões.

Para uma melhor compreensão, dividimos este ponto por categorias e subcategorias, interpretando os dados e de seguida, discutindo-os.

1. Direitos das crianças – à família, à participação e à proteção

De uma maneira quase que involuntária, os participantes foram respondendo ao pedido que lhes foi feito, sublinhando que se deve ter sempre em conta o direito da criança a ter uma família, em detrimento ao direito da família/dos adultos a terem uma criança num processo como o acolhimento familiar. De forma subtil e por vezes sem intenção de indicarem qualquer um destes direitos em particular, os participantes transmitiram, através dos seus discursos, informação que nos permite reconhecer que o assunto dos direitos das crianças tem um papel cada vez mais significativo na nossa sociedade. Os participantes demonstraram respeito pelos direitos das crianças e uma preocupação em respeitar também o seu passado, a sua história e sua família biológica. A importância da conversa, da participação, da partilha de informação das decisões com as crianças de acolhimento, foi referida por todas as famílias presentes nas sessões.

O facto de as famílias de acolhimento receberem as crianças como se fossem filhas (biológicas) e respeitarem as suas opiniões, decisões, vontades, medos, dificuldades, mas também de as protegerem de situações mais adversas, medos que sintam, receios de um futuro inconstante e indefinido que as espera, é disso ilustrativo. Estes testemunhos e narrativas realçam os direitos à família, pelo empenho de todos em formar uma família, independentemente do sangue.

A afirmação da Família A, quando refere que “As crianças têm o direito a terem uma família”, lança a reflexão a este propósito, tendo ao longo das sessões, este aspeto sido recorrente, o que demonstra que estas famílias detêm uma sensibilidade relativamente à importância que este direito deve assumir para as crianças.

Podemos identificar um sentimento de felicidade e de orgulho na forma como a família se organizou, visível pelo testemunho da Família B quando refere que, “foi a família que eu construí. É a nossa família”, e que estão preparados para o futuro, com vontade de

construir novas memórias familiares, tal como refere a Família F “É o construir de uma vida”.

Além disso, talvez por se aperceberem de uma certa vulnerabilidade das crianças, querem que estas participem nas decisões, nas rotinas, portanto no dia-a-dia da família: “Desde o primeiro dia que fui fazer o segundo tratamento (...) foi explicado o que íamos fazer (...) elas participaram em tudo” (Família C).

Um aspeto muito importante que se destaca nos seus discursos é o sentimento de proteção, o direito das crianças a serem protegidas de situações que as podem afetar física, psicológica e emocionalmente. Há narrativas que exemplificam bem este direito, como o testemunho da Família B, quando refere “Protegemo-nos muito uns aos outros”, mas outras que, não querendo focá-lo transmitiram-no na mesma, como exemplo é o caso da Família A quando refere que “Há um sentimento escondido na fotografia que é a segurança”.

Decorrente das narrativas das famílias participantes neste estudo, é possível verificar que as mesmas se vêem neste prisma como uma resposta às exigências do Estado em prover estas crianças dos seus direitos, deixando clara a importância que atribuem aos direitos das crianças acolhidas. Sabem que enquanto têm as crianças a seu cargo, devem prover-lhes os seus direitos, têm consciência que elas são vulneráveis por terem vivido situações adversas e, por isso, durante o tempo que estão acolhidas, querem proporcionar-lhes o melhor ambiente familiar possível e respeitá-las. O que se pretende com o acolhimento é que estas crianças saibam que têm direitos e os exercitem enquanto cidadãos e agentes de ação.

Referimo-nos na parte I desta dissertação aos direitos das crianças e à relação destes com o acolhimento familiar, tratando de dar importância à participação das crianças em todo o processo de acolhimento e não só a partir do momento que são acolhidas. O direito à participação foi focado, até pelo facto de quererem que a criança se sentisse integrada e parte da família e das suas rotinas já definidas.

De acordo com Lansdown (2001, citado em Sarmiento, Soares & Tomás, 2004), a promoção dos direitos da criança implica que os adultos não decidam a vida das crianças, rejeitando o direito de participação em assuntos que lhes dizem respeito, nem ter em consideração os seus pontos de vista, expectativas e experiências. Segundo os testemunhos dos participantes, nada é decidido sem a opinião das crianças

2. As tipologias de famílias de acolhimento

Esta categoria surge no âmbito dos discursos que as famílias de acolhimento foram produzindo acerca das crianças e dos modos como encaram o acolhimento. Ao longo da

análise dos discursos, apercebemo-nos de algumas nuances que percorriam os discursos, apesar de haver aspetos constantes em todos eles no sentido de proporcionarem às crianças um ambiente familiar estável e feliz, uma vida em família e novos laços afetivos³¹. Os participantes demonstram uma preocupação constante em fazerem sentir as crianças bem no novo ambiente familiar (ainda que temporário) e fazê-las sentirem-se parte da família, independentemente de ficarem na família de acolhimento por um curto espaço de tempo ou tempo indeterminado.

Apresentamos agora as referidas nuances, que deram origem à identificação de três subcategorias identificativas: a família cuidadora, a família ‘pausa’ e a família mediadora.

2.1. Família cuidadora

Esta subcategoria representa um ideal de família de acolhimento cuidadora, no sentido em que a família intervém para superar ou reparar carências e dificuldades sentidas pelas crianças, sendo a que mais se destaca, por ser a que tem mais narrativas dos participantes.

Os discursos dos participantes sublinham que trabalham com as crianças para que estas ultrapassem certas carências, nomeadamente, emocionais, assim como contribuem para algumas mudanças de comportamento, como por exemplo, acompanham-nas na escola, transmitem-lhes algumas regras e rotinas do dia-a-dia, a terem cuidados de higiene, entre outras coisas. A família G partilhou alguns exemplos do seu esforço enquanto pais de acolhimento: “A questão material, hoje em dia já sabe que se tiver um miúdo ao lado...vai oferecer. Nesse aspeto, acho que conseguimos 100%”. Também a Família E refere que, “Ele tinha dificuldade de concentração e decidi coloca-lo no ensino articulado, porque ele tinha apetências para a música e uma noção de ritmo”. Estes testemunhos transmitem a atenção às necessidades das crianças e o esforço para encontrar a melhor solução.

Existe um sentimento de compreensão por parte das famílias de acolhimento relativamente à família biológica das crianças um pouco inesperado, tal como podemos comprovar pelo testemunho da Família D, quando refere que “(...) eu faço isso porque eu não estou livre de me acontecer o mesmo...passar por uma dificuldade de ter de me tirarem os meus filhos e quando eu tivesse oportunidade...de me devolverem. Queria que mos devolvessem.”. Este testemunho permite-nos ver a compreensão que existe e o compromisso pessoal e familiar que esta família possui relativamente à família biológica da criança acolhida.

³¹ Através de vários testemunhos de família de acolhimento, podemos perceber em primeira mão, este ideal do acolhimento que aqui apresentamos e descrevemos. A consultar <http://www.mundosdevida.pt/Galeria/>

É perceptível dos seus discursos a preocupação com a necessidade de proteger o mais possível as crianças acolhidas, valorizando o presente e o que é possível fazer nesse momento, tal como podemos comprovar pelos seguintes discursos: “Dá para fazer um apoio mais personalizado e muito mais intensivo, dá para dar outro tipo de mimo e carinho” (Família A), ou “Eu não trabalho para a transição. Eu trabalho para a menina, hoje...”.

Verifica-se ainda a importância da relação e dos laços familiares que se constroem no seio destas famílias (união/coesão familiar). Os participantes sentem-se capazes e esforçam-se para construir “um ambiente feliz, saudável, alegre” (Família F), e reconhecem que esse ambiente é possível porque “eles também ajudam a criar com essa alegria de ser criança” (Família F). Para os participantes, é como se a sua família estivesse completa – “Esta é a minha família” (Família C). Há, uma vez mais, um fator normalizador relacionado com uma identidade familiar, “Portanto, é uma família normal, com uma vida normal” (Família A).

Podemos verificar que as famílias de acolhimento se preocupam com as necessidades das crianças e assumem as funções parentais. Assim, está patente uma atenção redobrada às (necessidades das) crianças com uma vontade de aconselhar, proteger no sentido de as preparar para as adversidades e ajudar a ultrapassar dificuldades. Os pais de acolhimento mostram simplesmente que são pais e que têm o dever de exercer funções parentais para poder proporcionar um bom e estável crescimento das crianças. Existe, assim, um sentido de parentalidade e das funções parentais visível, ainda, por discursos como o seguinte “O que fiz ao meu filho, faço igualzinho a ele” (Família D), ou “Não penso no futuro (...) neste momento, hoje, são meus” (Família F), demonstrando que não fazem distinção entre filhos biológicos ou de acolhimento. Importa o que fazem para que as crianças alcancem sucessos, como a Família E transmitiu, “Trabalho as dificuldades dele, trabalho o que ele tem de melhorar”.

São muitos os desafios que as crianças têm e os discursos focam-se no querer ultrapassar esses desafios da melhor forma e em parceria com as crianças – “Estou a fazer uma experiência com ela (...) à quinta e à sexta vai sozinha no autocarro” (Família H), ou “Ele tinha pânico de dentistas. Eu tive que recorrer a vários médicos dentistas” (Família E), ou ainda como a Família I exemplificou, “(...) no dia que eu soube que ele chumbou, eu sentei-me com ele e disse: o que é que queres fazer? (...) E a decisão era dele”.

Há também um sentimento de preocupação e de proteção, de vontade que estas crianças tenham um bom futuro, a nível escolar e profissional. Assim, discursos como “Ela é muito

dependente. Eu tento-lhe dar um bocadinho de carinho, coisa que ela nunca teve. Ela sente muita necessidade de ter uma família” (Família G), ou como “Se eu não quisesse que ele passasse [de ano], eu não gostava dele. Eu gosto dele. E por gostar dele, eu quero que ele seja como os outros” (Família D), dão a entender esses mesmos sentimentos. Mas ainda, por exemplo, a vontade que a Família I partilhou de querer um futuro estável para as crianças, “Eles vão para um curso profissional (...) Eu quero que eles (...) tenham o 12º ano feito e tenham um curso para poderem trabalhar”.

Delgado (2010, pp. 83-84) aponta a importância da família de acolhimento conhecer a criança antes de a acolher, permitindo ter informação para melhor compreender o “desenvolvimento cognitivo e emocional, a sua saúde e historial clínico, os seus métodos de comunicação, as brincadeiras e atividades preferidas, de que necessita para se sentir segura”, entre outras, de modo a facilitar o seu acolhimento, a sua integração. Isto vai permitir que a intervenção por parte da família de acolhimento possa ser mais eficaz no que diz respeito a suprir determinadas carências que a criança possa sentir e promover um desenvolvimento saudável e harmonioso.

A forte união/coesão familiar que identificámos demonstra a relação afetiva e de afinidade entre família de acolhimento e crianças acolhidas. A literatura não acrescenta informação acerca desta relação. No entanto, o que se verifica é que os participantes conseguem criar e preservar uma boa e forte união entre todos. O papel de educadores e de protetores para com as crianças leva ao desenvolvimento de relações coesas e de laços familiares únicos. Quanto ao sentido da parentalidade e das funções parentais dos participantes, parece-nos que estão diretamente relacionadas com a finalidade do acolhimento e com a diferença de papéis. Ainda que não pretendam substituir a família biológica, proporcionam à criança um ambiente familiar, permitindo a partilha das regras da família, valores familiares e sociais, entre outras coisas.³²

No entanto, de acordo com Capdevila (1996, citado em Martins, 2005, p. 65), é necessário ter particular atenção às atribuições e competências da família, que “requerem uma definição clara e consensual, para que sejam evitados conflitos que possam pôr em causa as lealdades da criança”, podendo vir a dificultar ou mesmo a impedir “o estabelecimento e desenvolvimento de laços afetivos estáveis” (Vital, Viegas & Laia, 1995, citado em Martins, 2005, p. 65), algo que não é desejável.

³² Isto, apesar de nalguns casos, como mencionámos, as crianças viverem permanentemente com elas e não terem contacto com a sua família biológica, nem propensão de regressarem à mesma.

2.2. Família ‘pausa’

Esta subcategoria foi a segunda subcategoria que menos narrativas teve, mas reflete um dos requisitos de se ser família de acolhimento: a preocupação em fazer as crianças sentirem-se bem numa “família alternativa”. Mostraram que foi importante que as crianças se integrassem bem e aceitassem o acolhimento como algo necessário e positivo e não como “um castigo” (Família E). Por exemplo, a Família F partilhou esta situação, referindo que “A aceitação da família demorou um pouquinho mais (...) até ele perceber que era a família dele neste momento e era connosco que ele tinha de viver neste momento. Portanto, a partir daí que ele percebeu isso, e que não era um menino diferente...”. Como em qualquer família, a preocupação em perceber os gostos das crianças e de incentivar a atividades também ficou esclarecida, “Incentivamos os miúdos a explorar as situações.” (Família F).

Segundo Berger (1998, citado em Martins, 2005, p. 64), a família de acolhimento “protege a criança do risco físico ou psíquico iminente ou atualizado no seu contexto de origem, presta-lhe os cuidados necessários e facultar-lhe uma oportunidade de acesso a modos relacionais eventualmente distintos dos vividos no seio da família biológica”.

Referimos Zeldin (1994, citado em Delgado, 2010, p. 16), que afirma que o acolhimento familiar pode constituir uma família, desde que “proporcione o clima de afeto e a estimulação necessária para a adaptação ao contexto envolvente, treinando para as incertezas da vida.”, e ainda Rodrigo e Palacios (1998, citado em Delgado, 2010, p.16), que sublinham o mesmo, desde que assegure “a sobrevivência, o crescimento saudável das crianças e o seu desenvolvimento psicológico.”

O acolhimento familiar pode também permitir à criança “fazer as coisas normais que as outras crianças, nas suas comunidades, fazem: ir à escola, jogar futebol com os amigos, entrar nos escuteiros (...), divertir-se num *barbecue* familiar” (Beek & Schofield, 2004, citado em Delgado, 2010, p. 74).

2.3. Família mediadora

Para esta categoria, foram referenciados apenas testemunhos de uma família, sendo a subcategoria que menos se destaca em toda a análise. As famílias de acolhimento são facilitadoras da relação com as famílias biológicas das crianças que acolhem. No caso dos participantes, nem todas as crianças tinham relação com a família biológica e das que tinham, apenas a Família F quis partilhar a sua experiência: “Foram sempre respeitados e incentivados (...) esses mesmos contactos e foram elogiados os pais: ‘a tua mãe gosta na

mesma de ti, o teu pai gosta na mesma de ti’, nem eu duvido neste momento que eles gostem, mas as circunstâncias da vida não permitem outra situação neste momento. Isso sempre foi premiado”. Além disto, deslocou-se com as crianças para que estas pudessem estar com a mãe e com um irmão que tinha nascido há pouco tempo, para que pudessem passar o aniversário todos juntos, tendo admitido que tinha facilitado o contacto, “A mãe tinha tido o irmãozito há duas semanitas e não podia fazer a deslocação e então fiz eu a deslocação com os meninos para ele comemorar o segundo aniversário, porque não tinha passado o primeiro aniversário com a mãe. Foi também o facilitar o contacto com a família.”.

Os restantes participantes não partilharam episódios deste tipo, já que ou as suas crianças não tinham qualquer contacto com a sua família biológica, ou o contacto que tinham era puramente de carácter obrigatório e de rotina.

De acordo com Casas (1998^a, cit. por Martins, 2005, p. 64), a família de acolhimento não tem “nenhuma função específica relativamente à família biológica, a não ser manter a comunicação necessária com esta”. Quanto a esta “Função de família mediadora”, os participantes verbalizarem muito pouco, apesar de a maioria das crianças ainda terem visitas de tempo a tempo determinadas pela equipa da Mundos de Vida.

A família de acolhimento é facilitadora da relação com a família biológica. Segundo Caparós e Jiménez-Aybar (2001, p. 137, citado em Delgado, 2010, p. 43), a finalidade do acolhimento familiar é “facilitar uma família a um menor, não um menor a uma família’, pelo que a intervenção abarca necessariamente a sua família” (biológica). No entanto, a maioria das crianças acolhidas que vivem com os participantes não têm contacto com a família biológica.

3. Acolhimento familiar: motivações e emoções

Esta categoria aponta as várias razões que levaram os participantes a acolherem as crianças, mas também os sentimentos expressos pelos mesmos quanto ao acolhimento, ao longo das sessões. Assim, identificámos duas subcategorias, apresentadas seguidamente, para melhor enquadrar a informação recolhida.

3.1. Motivações ao acolhimento

Como referimos, várias razões para o acolhimento foram apontadas pelos participantes, ao longo das sessões, nomeadamente a disponibilidade enquanto família, e a vontade de ajudar e de dar carinho a crianças que, por diferentes motivos, foram obrigadas a se afastar

e a não poderem viver com a sua família biológica. Houve participantes que, durante as sessões, indicaram repetidamente que a publicidade em *outdoors* foi muito tocante e para alguns, foi o principal motivo para ingressarem no programa de acolhimento da Mundos de Vida, “Foi num supermercado (...) vi...a tal menina. O meu marido pegou no papel e encantou-lhe os olhos. Olhar para o cartaz...chama logo para a gente ir” (Família D), ou ainda “Vi os panfletos da Mundos de Vida e inscrevi-me” (Família H). A publicidade é um fator a reter que não estava previsto.

Como já foi referido anteriormente, destacámos um sentimento de compromisso social por parte dos participantes, que surge no sentido de dar a conhecer a sua vontade em ajudar e contribuir para o futuro destas crianças. Por várias vezes e quase que como desabafo, apontaram que ser uma família de acolhimento é um “trabalho gratificante, é um trabalho louvável” (Família D). Não se arrependem de terem integrado este programa de acolhimento, mostrando-se sempre disponíveis - “somos uma família disponível” (Família F). Identificaram ainda como uma satisfação pessoal e uma possibilidade de dar de volta à sociedade – “estou a fazer um bem à sociedade, aos meninos que precisam” (Família D). No geral, ao falarem da sua família, incluíam sempre as crianças acolhidas e demonstravam orgulho na sua família, nas conquistas e mudanças alcançadas, orgulho em pertencer a este programa que a Mundos de Vida lhes proporcionou. Esta situação está patente na literatura, não tendo sido uma surpresa, de que “as raízes do acolhimento familiar estendem-se à génese da comunidade e fundamentam-se no espírito solidário, de entreajuda, ou nos deveres inerentes aos laços familiares” (Delgado, 2011, p. 109). Apesar do acolhimento familiar ter sido formalizado na década de 70 (Calheiros, Fornelos e Dinis, 1993), durante a década anterior, houve um reconhecimento da importância da família como instituição, com a intervenção destas famílias no cuidado às crianças.

A consciência social e a preocupação social por parte de futuros pais de acolhimento foram apontadas em mais do que um estudo como motivos para o acolhimento. Isto comprova-se pelos testemunhos dos participantes, quando partilharam, por exemplo, que “Sinto-me útil, porque estou a fazer um bem à sociedade, aos meninos que precisam...crianças que podiam estar pior e estão numa família normal.” (Família D).

Assim, distinguimos alguns estudos científicos, que estão diretamente ligados ao compromisso social que os participantes sentem, como a consciência e a preocupação social. A literatura aponta que nas sociedades ocidentais, os motivos para o acolhimento variam de acordo com a relação que a criança que vai ser acolhida tem com a futura família de acolhimento, quer sejam parentes ou não (Owusu-Bempah, 2010). Assim, o

autor refere que vários investigadores apontam como motivos a intenção de adotar uma criança, a consciência social, os benefícios financeiros e ainda de “assegurar que as crianças sejam devidamente socializadas e integradas na comunidade” (Albert, 2003, citado por Owusu-Bempah, 2010, p. 57). De acordo com as narrativas dos participantes, apenas os dois primeiros motivos foram identificados. O autor identifica vários estudos feitos com futuros pais de acolhimento, para determinar os motivos pelos quais queriam acolher. Destacamos dois, por identificar os motivos que consideramos nesta dissertação. De acordo com um estudo feito por Anderson (2001, citado em Owusu-Bempah, 2010, p. 72), que investigou um grupo de futuros pais de acolhimento, foram identificados quatro principais motivos: parentes que se sentem responsáveis por cuidar das crianças; casais que queriam ter crianças, mas achavam que não podiam ter filhos; mães que ficavam em casa e queriam tomar conta de outras crianças, para além dos filhos biológicos; e casais com filhos mais velhos que queriam preencher o “ninho vazio” acolhendo crianças. De referir ainda um outro estudo de Cole (2005, citado em Owusu-Bempah, 2010, p. 72) que apresenta três grandes razões/motivos a este propósito: resgatar/socorrer crianças abusadas ou negligenciadas; aumentar a família; e preocupação social.

No caso das famílias participantes nesta investigação, nenhuma criança era sua parente, por isso descartámos esta abordagem neste estudo. Alguns dos motivos identificados pelos autores vão ao encontro dos testemunhos dos participantes, mas destes destacamos: casais que queriam ter crianças, mas achavam que não podiam ter filhos; a vontade de resgatar/socorrer crianças abusadas ou negligenciadas; e a consciência e a preocupação social.

Além disto, esta categoria no seu geral, abrangendo as subcategorias identificadas, demonstra que a família de acolhimento permite a experiência de exercer a parentalidade. Este poderá também ser identificado como um motivo ao acolhimento, mas é mais do que isso, representa a normalização da experiência de proporcionar e de viver numa família.

3.2. Emoções – expressão de sentimentos positivos e negativos

Nem todas as famílias se sentiram à vontade para expressar os seus sentimentos, pelo que não identificamos muitos testemunhos no quadro. Destes, identificámos apenas uma expressão de sentimentos negativa, relacionada com um momento antes do acolhimento, mostrando também o sentimento positivo expresso no pós-acolhimento pela mesma família. Assim, a Família A partilhou sem preocupação que “Como estava em casa, sentia-

se muito só, desmotivada...”, sentindo empatia com o sofrimento das crianças, “(...) há tantas crianças que precisam de ajuda, os pais não podem...”.

No entanto, após o acolhimento, nasceram sentimentos positivos, como “Sinto-me valorizada, porque sou capaz”, chegando a partilhar com carinho que “É um trabalho muito gratificante...muito muito. Faço com muito amor”. Podemos refletir acerca deste último testemunho, já que a família refere que o acolhimento “é um trabalho”. Ora, discutimos este assunto nesta dissertação, na medida em que as famílias aspirantes a famílias de acolhimento sofrem um processo de formação, entrevistas, etc., e quando conseguem ficar na lista para acolherem, sabem que vão trabalhar para a transição, para o regresso da criança para a sua família biológica. Esta é uma questão que vai ser tratada mais à frente neste capítulo.

4. Mudanças – conquistas e sucessos

Esta categoria é a segunda maior no que diz respeito às narrativas apresentadas pelas famílias participantes. Um dos objetivos desta dissertação foi tentarmos saber se haveria mudanças nas crianças durante o acolhimento, assim como conquistas e sucessos pessoais e familiares. Ao longo das sessões a mestranda apercebeu-se da felicidade e ternura com que os participantes partilhavam episódios que os surpreenderam ou situações pelas quais investiram em prol das crianças.

De acordo com a análise dos discursos, podemos verificar que existem muitas conquistas das crianças acolhidas, quer ao nível educativo e comportamental, quer ao nível emocional e das relações com os outros.

Ao nível comportamental, podemos destacar conquistas ao nível da concentração, rotinas e responsabilidade, como por exemplo, “Ele tinha muitas dificuldades...5 minutos para nós são 5 minutos, para ele são 15. Hoje em dia já tem mais esta noção. Ele tem evoluído imenso. E depois dá rotinas, organização, responsabilidade” (Família E), ou ainda, o testemunho da Família G que partilhou que “Sabe que tem de lavar os dentes, tomar banho, por o creme na cara...tudo isso ela faz sozinha já”. Ainda outro testemunho desta família que “Um das coisas que mais me custou é que ela teve de levar muitos castigos, porque ela era muito teimosa e muito mentirosa. Ela hoje está muito melhor (...) Ela mudou muito”.

Outro testemunho da Família E acerca de mudanças de comportamento na escola, “Ele no 3º ano não tinha a noção das regras de escola...perturbava os colegas...não sabia estar dentro de uma sala de aula. Hoje em dia ele comporta-se na sala de aula, sem nenhuma chamada de atenção da escola”.

Quanto às relações com os outros, houve duas famílias que se sentiram bastante contentes com as conquistas alcançadas e não hesitaram em partilhar. Por exemplo, para a Família F, a conquista de novas amizades foi marcante para a criança acolhida – “Conquista de já ter os amigos dele e de fazer uma lista de convidados para a festa dele, porque até aí não tinha sequer um grupo de amigos”. Já para a Família G, a questão da partilha com os outros que leva à aproximação com os outros tornou-se uma das conquistas mais importantes - “Hoje ela partilha as coisas com os outros meninos. Ela mudou muito”.

Quando propusemos que tirassem fotografias reveladoras das mudanças, estávamos mais focados nas mudanças das rotinas e de comportamento na escola, por exemplo. A questão das mudanças nas relações com os outros foi algo que não foi previsto, mas que se mostrou bastante enriquecedor para o estudo.

Estas conquistas são sucessos ao mesmo tempo das crianças e das famílias de acolhimento. As famílias, por mais obstáculos que se lhes apareceram, conseguiram contornar todas as adversidades e superar os desafios de ajudar no crescimento das crianças.

Nesta categoria podemos identificar o resultado das categorias anteriores. Queremos com isto dizer que podemos comprovar todo o trabalho e esforço realizado pelos participantes, sempre com o objetivo de promover o bem-estar e o desenvolvimento estável das crianças. Segundo a literatura, as crianças quando são acolhidas têm tendência a não aceitarem o acolhimento e desconfiam quanto às “situações de aprendizagem que o novo contexto lhe propõe” (Delgado, 2010, p. 45). No entanto, e como se pode comprovar pelos testemunhos dos participantes tão bem exemplificativos das conquistas das crianças, quando o acolhimento se prolonga e a “colocação resulta (...) esses sentimentos atenuam-se progressivamente, até desaparecerem e serem substituídos pela segurança, pelo conforto material, pelos laços afetivos” (Delgado, 2010, p. 45). Identificamos esta situação no testemunho da Família F, por exemplo, que explicou, “Sentia-se um menino diferente porque não estava com a família dele. Teve de ser a psicóloga a trabalhar com ele, a fazer-lhe ver que era uma situação transitória, mas de qualquer forma não era um menino único nesta situação, era uma coisa que acontecia a vários meninos. E ele aceitou.”

5. Preocupações

Nesta categoria, podemos dividir as preocupações no pré-acolhimento e no pós-acolhimento, já que alguns participantes destacaram os receios que sentiram antes de acolherem, e outros, as preocupações que têm quanto às crianças acolhidas. Mas também

há testemunhos acerca do medo do futuro do acolhimento, portanto, se a medida irá ser renovada.

A Família C debateu-se com o facto de, quando foi chamada para acolher duas crianças, uma delas ser muito pequena. O casal na altura não tinha filhos, e por isso não tinha passado por uma experiência de ter uma criança pequena dependente a seu cargo – “Eu não queria uma tão pequenina”, houve um “Receio muito maior, porque a mais pequenina com dois anos precisa de tudo”.

A afetividade que iriam ter foi algo que assustou algumas famílias no início, como no caso da família F, “Precisamente a questão de ganhar laços com as crianças, que depois a certa altura, teria de ser ele a cortar – é a ideia do medo, mas que foi ultrapassada”.

Após o processo de acolhimento estar finalizado, o maior receio sentido pelos participantes era o regresso da criança à família biológica. A partir do momento que os laços afetivos estão traçados, é difícil pensar na possibilidade de serem cortados de vez. E não só, há o risco de não criarem laços afetivos suficientes e a criança não se sentir bem naquela família ou o contrário. Por exemplo, “Eu também mantenho-me um bocadinho mais à parte. Tento manter aquele pezinho atrás. É assim, eu gosto muito da miúda. A iniciativa foi da minha esposa, claro que eu fui atrás... Se de hoje para amanhã nos é retirada a criança... a minha esposa envolve-se muito mais... não seria só eu a estar destroçado.” (Família G). Segundo os testemunhos, “Estou sempre com medo quando é que eles vão...” (Família D), ou mesmo o “Medo e receio de serem tiradas para ir para o pai biológico” (Família C).

Muitas crianças não tinham contacto com as famílias biológicas há meses ou anos, o que, por um lado descansava algumas famílias de acolhimento. Ainda segundo estas, havia crianças acolhidas que não queriam regressar para a sua família biológica, pois sabiam quem não iriam ter um ambiente familiar estável e seguro, nem tantas oportunidades como as que teriam ao ficar com as famílias que as acolheram – “Eles têm receio de ser substituídos” (Família I). Arriscam ainda, dizendo que “Passado um tempo já não há receio, há uma certa acomodação, pois sabem que estão bem” (Família I).

Os receios que os participantes partilharam e têm em comum são, como referimos anteriormente, o estabelecimento de vínculos afetivos ou relativos ao regresso da criança à família biológica.

O maior número de narrativas prende-se com o medo de as crianças voltarem para a família biológica. Aqui podemos dizer que há uma certa confusão de funções: por um lado as famílias sabem que estão a trabalhar para a transição da criança, mas por outro, exercem as funções parentais necessárias e apegam-se emocionalmente às crianças.

Mas nem todos os participantes demonstraram muito receio que as crianças fossem “retiradas” da sua casa já que, e como comprova a literatura, a maioria das crianças acolhidas não regressa à família biológica (Delgado, 2010). Segundo o autor, o cumprimento do objetivo desta medida, que é o retorno das crianças acolhidas à família biológica, apresenta-se como um dos seus maiores desafios.

Outros temas surgiram durante as sessões que não estavam previstos, mas que acrescentam informação pertinente a este estudo. Um destes é a importância do esclarecimento da função de transitoriedade destas famílias. Como os participantes referiram várias vezes durante as sessões, a sua função é facilitar e trabalhar o retorno da criança para a família biológica:

- “Nós somos famílias de transição, e nós trabalhamos com os nossos meninos como família de transição. Nós temos de trabalhar para o bem desta transição. Esta é que é a realidade. O que acontece é que eles nunca fazem laços connosco porque nós também não permitimos, ficando eles naquela nuvem de que não sabem se caem para um lado ou para o outro. E eu acho que ele é um bocadinho o resultado dessa situação. Enquanto existir a dúvida de eles poderem voltar, eu concordo plenamente com o transitório. Até porque é por aí que temos de trabalhar. Até porque nós temos de fortalecer a família biológica. Essa é a nossa principal obrigação, é a ligação com a família deles, é promover o máximo de ligação com a família deles.” (Família E).

Este é um ponto que teve algum relevo. Ainda que este testemunho apresentado seja de apenas uma família, a maior parte das famílias concordou.

No entanto, houve participantes que discordaram, exatamente por esta razão: trabalham e vivem o hoje - “Enquanto ela estiver comigo, eu trato-a como se ela fosse minha filha.” (Família G).

Dos participantes, havia famílias sem filhos biológicos e famílias com filhos biológicos. A maneira como tratam as crianças acolhidas para umas era como se fossem os primeiros filhos, e para outras era igual à forma como tratavam os seus filhos biológicos, não fazendo qualquer distinção entre as crianças e, segundo o seu testemunho, nem as crianças entre si (filhos biológicos e crianças acolhidas).

O acolhimento familiar é uma medida marcada pela transitoriedade, o que pode implicar um sentimento de segurança, como também uma difícil adaptação tanto por parte das crianças como da família que as acolhem. É um tema que está patente na literatura acerca

do acolhimento familiar, sendo o objetivo primordial desta medida, ou seja, que as crianças tenham um acompanhamento e permaneçam temporariamente com uma família até regressarem à família biológica.

Ainda que tenham consciência de que o regresso das crianças à família biológica não acontece com frequência, têm sempre em mente este “sentimento” de transitoriedade. Quando a medida é decidida, não significa que a criança não vai regressar à sua família biológica, mas na maioria das vezes, é isso que acontece (Delgado, 2010).

Um dos temas tratados na literatura e que apenas uma família de acolhimento mencionou que era algo que a preocupava foi a questão monetária, tal como refere a Família A - “Não é fácil.”, acrescentando, no entanto que “Não é isto que vai complicar a vida. Se fosse nosso era igual.”. Esta medida implica um pagamento mensal às famílias de acolhimento pelas instituições competentes — os Centros Regionais de Segurança Social e, em Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia ou, mediante acordo, as IPSS (Martins, 2005, p. 68).

Assim, e como se pode comprovar pelas narrativas, não parece haver uma motivação monetária para estas famílias acolherem. Simplesmente, nos discursos analisados, não foi expressa com convicção. A maioria destas famílias de acolhimento verbalizou que esta questão não é importante, apesar de algumas viverem com algumas dificuldades. Sublinharam que o que recebem por cada criança não é suficiente para o necessário no dia-a-dia, por isto, ressaltamos facto de não ser este o motivo que mobiliza estas famílias para o acolhimento.

Consideramos também interessante o facto de as famílias de acolhimento terem feito a divisão entre ser família de acolhimento e família adotiva, apontando um contraste entre o direito da criança a ter uma família, face ao direito dos adultos a terem uma criança. Sublinharam que se deve pensar no direito das crianças a serem adotadas. Os participantes acham relevante o papel que têm, mas também que as crianças tenham os pais biológicos como referência, quando possível, até porque podem regressar para a sua família biológica. “Para mim é mais importante dar estabilidade de vida e não propriamente um nome de família. [é importante que saibam que] Estão ali para serem ajudados, mas que têm pai e mãe. Como famílias de acolhimento fazemos exatamente a mesma coisa.” (Família B). No entanto, também se verificou que, segundo o testemunho de algumas famílias, se houvesse possibilidade de adotar as crianças acolhidas não hesitavam em fazê-lo. Principalmente aquelas que tinham crianças pequenas dependentes ou bebés de meses e que acompanham o seu crescimento e desenvolvimento. Queixam-se que existe uma lacuna legal que deveria ser ultrapassada.

A questão da diferenciação entre o acolhimento e a adoção também é algo que a literatura prevê. Delgado (2010) aponta uma constatação de Sellick (1999^a, citado em Delgado, 2010, p. 50), de que a Convenção dos Direitos da Criança sugere no artigo 20º uma “hierarquia nas medidas de colocação, colocando o Acolhimento Familiar antes do Acolhimento em Instituição ou da Adoção”. A grande diferença, que é apontada pelos participantes pela sua experiência e valores, é a de a “adoção é fonte de poder paternal (...) No Acolhimento Familiar, (...) o exercício do poder paternal não é atribuído aos acolhedores” (Delgado, 2010, p.54). Além disto, o autor refere ainda que, no acolhimento familiar, a sua finalidade, como já foi previamente referido, é a transitoriedade, em que os acolhedores asseguram “as condições necessárias para o regresso da criança” (p. 54), enquanto na adoção, o objetivo é a integração total da criança. Quer isto dizer que tem de haver uma diferenciação atendendo à finalidade de cada uma destas modalidades.

Conclusão

Com esta dissertação pretendemos caracterizar as perceções que as famílias de acolhimento têm sobre os direitos das crianças que acolhem.

Partimos para este estudo com a convicção de que as crianças devem ter a oportunidade de terem e de crescerem numa família por ser considerada/o a/o melhor e mais equilibrada/o maneira/ambiente para se desenvolverem. Consideramos ainda, que as crianças são agentes ativos da/na sua própria vida, tendo opiniões próprias que merecem ser tidas em conta.

Sustentamos o nosso trabalho na Convenção dos Direitos das Crianças, concretamente na defesa que a mesma apresenta relativamente à salvaguarda do superior interesse da criança. Não obstante, algumas crianças não experienciam uma vida familiar, tendo que ser desencadeadas medidas acrescidas de proteção, pelas quais o Estado se deve assumir como a principal instituição com a obrigação e o dever de o fazer. No caso específico desta dissertação, foi possível observar uma dinâmica muito singular, que valoriza uma parceria entre técnicos, famílias de acolhimento e famílias biológicas, mobilizando um trabalho que envolve uma multidisciplinariedade especializada, de forma a salvaguardar um acompanhamento e uma intervenção com qualidade que contribua para um crescimento saudável e um desenvolvimento estável da criança.

Destacamos nesta dissertação o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela instituição Mundos de Vida, que trabalha diariamente, divulgando o acolhimento familiar para que possa ser a medida alternativa do acolhimento em instituição. A resposta do público tem vindo a ser positiva, mas insuficiente para as centenas de casos de crianças institucionalizadas. É definitivamente um processo em desenvolvimento/construção.

O direito das crianças a participarem nas decisões e no dia-a-dia da família são respeitados no seio destas famílias de acolhimento, da mesma forma que o direito a serem protegidas. Estes dois aspetos contribuem para atribuir significado ao direito à família, à forma como estas famílias participam neste serviço especializado de acolhimento, construindo com as crianças que acolhem dinâmicas familiares intensas e seguras.

Acreditamos que é importante que as crianças participem nos seus processos de proteção desde o início, (para que) se sintam úteis e ativas acerca das suas próprias vidas. Embora não possam escolher a sua futura família de acolhimento, eles têm uma palavra a dizer acerca das suas queixas, das suas crenças, e dos seus desejos. O processo de acolhimento deve ser desenvolvido e adaptado às suas necessidades e características.

No remate desta dissertação podemos afirmar que o objetivo inicial de captar o olhar que as famílias de acolhimento têm acerca dos direitos das crianças que acolhidas foi alcançado. As representações que se apresentam ao longo das categorias de análise que emergiram dos seus discursos dão-nos conta de singularidades do acolhimento muito enriquecedoras.

Estas singularidades ilustram, por um lado que as famílias de acolhimento trabalham todos os dias para que as crianças acolhidas se sintam bem e integradas na sua família, para que ultrapassem situações mais adversas e medos, e mudem comportamentos, e mais importante ainda, que se sintam acarinhadas e felizes. Ilustram, também, que os direitos mais valorizados subjacentes às motivações que levaram os participantes a acolher as crianças se prendem com os direitos das crianças a terem e a crescerem numa família, e a serem protegidas.

Os testemunhos das famílias de acolhimento tornaram-se imensamente ricos no que respeita aos direitos das crianças. Os modos como os direitos das crianças acolhidas são (ou não) respeitados no seio da família de acolhimento, vão surgindo à medida que as famílias vão verbalizando a forma como respeitam os direitos das crianças a crescer em família, a serem protegidas e a participarem na sociedade como cidadãos, e ainda ao identificar mudanças, nomeadamente conquistas e sucessos das crianças, e preocupações, receios e medos sentidos pelas famílias.

Podemos ainda afirmar, de acordo com os discursos destas famílias, que a vontade de suprir as carências das crianças acolhidas, adotando um papel de cuidadora e funções parentais, é um dos fatores que mais as preenche enquanto famílias de acolhimento. Além disto, existe uma vontade de proporcionar às crianças acolhidas um ambiente familiar que não experienciaram até então, que favoreça o desenvolvimento de (novas) relações afetivas fortes e coesas e que permita um crescimento saudável e normalizador.

Um aspeto ainda a reter é a preocupação e a consciência social destas famílias. Sentem que ao acolherem crianças estão a contribuir para um melhor futuro das mesmas, e conseqüentemente, da sociedade em geral.

De acordo com os discursos das famílias de acolhimento, podemos concluir que o acolhimento familiar é uma medida de promoção e proteção benéfica para o crescimento saudável e para o desenvolvimento quer psicológico e físico, quer emocional das crianças. Através do contacto com estas famílias e do conhecimento do seu trabalho com as crianças, podemos também afirmar que estas famílias têm uma visão sensibilizada e ao

mesmo tempo real acerca dos direitos das crianças, respeitando-os e colocando-os em prática de uma maneira natural e espontânea.

Importa ainda identificar alguns obstáculos com que nos deparámos ao longo do desenvolvimento desta dissertação. O primeiro diz respeito à seleção das famílias de acolhimento. Inicialmente tínhamos como objetivo estudar doze famílias, tendo apenas conseguido a participação de nove. Durante as sessões, nem todas as conseguiram responder ao questionário circular de uma maneira clara e concisa. As próprias sessões foram pensadas de um modo, mas acabaram por não seguir a ordem prevista no guião (nomeadamente o questionário circular). O facto de as famílias não terem levado os filhos e as crianças acolhidas para as sessões não permitiu conhecer os testemunhos dos mesmos, o que consideramos que teria sido muito interessante para o estudo empírico.

A vontade e a dedicação destas famílias estão bem patentes nos discursos e é algo que consideramos que falta na literatura acerca do acolhimento familiar, e que esta dissertação consegue transmitir.

O constante trabalho, esforço e investigação acerca do acolhimento familiar para contribuir para melhores políticas no futuro feitos até agora, é um bom começo, mas não é suficiente para que esta medida atinga o impacto desejável.

Pretendemos dar um outro olhar acerca do acolhimento familiar, para também transmitir a necessidade que há em conhecer e em estudar esta população, que é uma mais-valia para as crianças que se encontram institucionalizadas ou numa situação vulnerável e de perigo na sua família biológica.

É importante continuar a investigar e a trabalhar para se conseguirem novas e melhores políticas sociais e intervenções familiares, para se poder proporcionar às crianças um ambiente familiar positivo e afetuoso e um crescimento seguro. Porque no final, uma família não se define pelo sangue, mas sim pelo amor.

Bibliografia

Alderson, P. (2008). Young people's rights: Children's rights or adult's rights? *Youth & Policy*, 100, 15-26.

Almeida, J. (coord.) (1995). *Introdução à Sociologia*. Lisboa. Universidade Aberta.

Almeida, A. e Fernandes, N. (2010). Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias: pensar as práticas centradas em direitos. In A. T. de Almeida e N. Fernandes (org.). *Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias. Estudos e Práticas*. Almedina.

Almeida, N., Guerreiro, M., Lobo, C., Torres, A. e Wal, K. (1998). Relações Familiares: Mudança e Diversidade. In J. M. L. Viegas e A. F. da Costa (Org.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora.

Alves, M. (2007). *Filhos da madrugada. Percursos adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa / Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Amado, J. (2000). A técnica de análise de conteúdo. *Referência*, 5, 53-63.

Amorós, P. & Palacios, J. (2004). *Acofimiento Familiar*. Madrid: Alianza.

Bardin, L. (1991). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70

Batalhas, V. (2008). *Acolhimento Familiar: práticas e representações das famílias de acolhimento* (Tese de Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Calheiros, M., Fornelos, M. e Dinis, J. (1993). Portugal. In M. Colton, & W. Hellinckx (Eds.), *Child Care in the EC* (pp. 177-194). Aldershot, Arena,

Catalani, C. & Minkler, M. (2010). Photovoice: A Review of the literature in health and public health. *Health Education & Behavior*, 37(3), 424-451.

Children's Rights Alliance. *The UN Convention on the Rights of the Child*. Recuperado a 8 de Maio, 2013, de <http://www.childrensrights.ie/childrens-rights-ireland/un-convention-rights-child>

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2012). *Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças*. Recuperado a 8 de Maio, 2013, de <http://www.cm-cinfaes.pt/documentos/accaosocial/CPCJ/guias/GuiadasForcasdeSeguranca.pdf>

Darbyshire, P., MacDougall, C. & Schiller, W. (2005). Multiple methods in qualitative research with children: more insight or just more? *Qualitative Research*, 5(4), 417-436.

Decreto-Lei nº 11/2008 aprovado a 17th de Janeiro. Recuperado a 22 de Maio 2013, de http://www.ipvc.pt/sites/default/files/legislacao_lei_11_2008.pdf

Delgado, P. (2007). *Acolhimento Familiar. Conceitos, práticas e (in)definições*. Porto: Profedições.

Delgado, P. (2010). O Acolhimento Familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 336-344.

Delgado, P. (2011). *Acolhimento Familiar de Crianças. Uma perspectiva ecológica*. Porto: Profedições, Lda.

Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de pesquisa*, 115, 139-154.

Fernandes, N. e Tomás, C. (2011). *Institutional framework and measures that Portugal developed about policies in the area of the Children's Rights and Wellbeing*. (incompleto por falta de informação).

Frederico, N. (2006). *Planeamento e desenvolvimento turístico – Análise da Chapada*

Diamantina. (Tese de Mestrado) Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Universidade de Aveiro.

Gomes-Pedro, J. (2004). O que é ser criança? Da genética ao comportamento. *Análise Psicológica*, 1, 33-42.

Goodyer, A. (2011). *Child-centred foster care. A rights-based model for practice*. Jessica Kingsley Publishers

Guerra, I. (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Principia Editora, Lda.

Heptinstall, E., Bhopal, K., & Brannen, J. (2001). Adjusting to a foster family. Children's perspectives. *Adoption & Fostering*, 25(4), 6-16.

O outro lado do espelho do absentismo/abandono escolar: casos sinalizados na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aveiro. (2002). Instituto Miguel Torga. Coimbra.

Lansdown, G. (2005). *What's the difference? Implications of a child-focus in rights-based programming*. Discussion paper for Save the Children, United Kingdom.

Leigh, S. & Miller, C. (2004). Is the third way the best way?: Social work intervention with children and families. *Journal of Social Wor*, 4(3), 245-267.

Maia, S., Baptista, M. e Martins, M. (2013). *Poder, género e imprensa – a abordagem qualitativa como metodologia*. II Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais. Universidade do Minho (a aguardar publicação em E-Book).

Marques, E. (2008). Explorando o Photovoice no Serviço Social. Comunicação apresentada em aula aberta na unidade curricular de Metodologias e Práticas do Serviço Social II, da docente Doutora Clara Cruz Santos.

Martins, P. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaço*. (Tese de Doutoramento em Estudos da Criança). Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho.

Martins, P. (2005). O Acolhimento Familiar como resposta de proteção à criança sem suporte familiar adequado. *Revista Infância e Juventude*, 4, 63-84.

Mayall, B. (2003). *Sociologies of childhood and education thinking*. Professorial lecture. Institute of Education. University of London.

Mayall, B. (2004). Sociologies of childhood. In M. Holborn (ed), *Developments in Sociology* (pp. 37-57). Ormskirk: Causeway Press Ltd.

Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1999). *Reforma do Direito de Menores*. Lisboa: Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Mundos de Vida (2012). *Há abraços que transformam uma vida*. Recuperado a 9 de Setembro, 2013, de <http://www.mundosdevida.pt/>

Neves, J. (1996). Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1(3), 1-5.

Owusu-Bempah, K. (2010). *The wellbeing of children in care. A new approach for improving developmental outcomes*. London and New York: Routledge.

Photovoice (2003). Photovoice Methodology, Recuperado a 9 de Junho, 2013, de <http://www.photovoice.org/whatwedo/info/methodology>

Polkki, P., Vornanen, R., Pursiainen, M. & Riikonen, M. (2012). Childrens’s participation in child-protection processes as experienced by foster children and social workers. *Child Care in Practice*, 18(2), 107-125.

Qvortrup, J. (2009). Childhood as a structural form. In J. Qvortrup, W. A. Corsaro & M-S. Honic (Eds), *The Palgrave Handbook of Childhood Studies* (pp. 21-33). New York: Palgrave Macmillan.

Santos, C. (2009). *Evolução e análise da lei de menores*. Coimbra.

Sarmiento, M. (2004). Essa criança que se desdobra.... *Pátio-Educação Infantil*, 6, 14-17.

Sarmiento, M., Soares, N., Tomás, C. (2004). *Participação Social e Cidadania Activa das Crianças*. Comunicação apresentada no Fórum Paulo Freire. Porto.

Sarmiento, M. e Manuel, P. (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In M. Pinto e M. Sarmiento (Org.), *As Crianças: Contextos e identidade* (pp. 7-30). Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

Sani, A. e Soares, F. (1999). As crianças e a justiça. In *Saberes sobre as crianças. Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974 – 1998)*. Coleção infans. Editora Centro de Estudos da Criança. Universidade do Minho.

Silva, L., Garcês, I., Baptista, F., Barbosa, H. e Ribeiro, D. (2001). A família de hoje e seus antepassados. In L. F. da Silva (Org.), *Acção Social na área da Família* (pp. 15-32). Universidade Aberta.

Strack, R., Magill, C. & MacDonagh, K. (2004). Engaging Youth through Photovoice. *Health Promotion Practice*, 5(1), 49-58.

The Communication Initiative Network (s.d.). Photovoice Methodology, Recuperado a 9 de Junho, 2013, de <http://www.comminit.com/en/node/201294/2754>

Unicef. *Convention on the Rights of the Child. Understanding the Convention on the Rights of the Child*. Recuperado a 15 de Maio, 2013, de http://www.unicef.org/crc/index_understanding.html?p

Unicef. *Fact Sheet: A summary of the rights under the Convention on the Rights of the Child*. Recuperado a 15 de Maio, 2013, de http://www.unicef.org/crc/files/Rights_overview.pdf

United Nations (1989). *Convention on the Rights of the Child (UNCRC)*. Recuperado a 15 de Maio, 2013, de <http://www2.ohchr.org/english/law/crc.htm>

Wang, C. (1999). Photovoice: A participatory action research strategy applied to women's health. *Journal of Women's Health*, 8(2), 185-193.

Wang, C. & Redwood-Jones, Y. (2001). Photovoice Ethics: Perspectives from flint Ppotovoice. *Health Education & Behavior*, 28(5), 560-572.

Welsh Assembly Government (2005). *Participation*. Recuperado a 15 de Maio, 2013, de <http://www.childreninwales.org.uk/areasofwork/participation/index.html>

Anexos

Anexos

Anexo I – Guião da 1ª sessão

Anexo II – Apresentação *powerpoint* da 1ª sessão

Anexo III – Consentimento informado para participação no estudo empírico

- **Anexo IIIa** – Consentimento informado
- **Anexo IIIb** – Consentimento informado para adultos
- **Anexo IIIc** – Consentimento informado para crianças

Anexo IV – Lista de temas

Anexo V – Apresentação *powerpoint* da 2ª e 3ª sessões

- **Anexo Va** – Apresentação *powerpoint* da 2ª sessão
- **Anexo Vb** - Apresentação *powerpoint* da 3ª sessão

Anexo VI – Guião da 2ª e 3ª sessões

- **Anexo VIa** – Guião da 2ª sessão
- **Anexo VIb** - Guião da 3ª sessão

Anexo VII – Quadro 10 - Categorias de análise e respetivas narrativas das famílias de acolhimento



Anexo I

Universidade do Minho Instituto de Educação

1ª Sessão com as famílias no âmbito do projeto “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*:

Data: _____

Materiais necessários:

- Computador e projetor
- Gravador
- Cartolinas e marcador

A sessão inicia-se com a apresentação da mestranda às famílias e vice-versa¹ (quebra gelo). De seguida é apresentado o tema do estudo que a mestranda propõe, “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, e explicados os objetivos do mesmo.

A mestranda entrega três documentos a cada família para que tenham conhecimento de toda a informação necessária para participarem neste estudo. Dois documentos indicam e esclarecem os objetivos do projeto, os termos de confidencialidade e exigem a assinatura da família, da mestranda e da técnica da Mundos de Vida que irá acompanhar as sessões. Um terceiro contém uma lista de temas a serem consultados pela família.

A sessão propriamente dita inicia-se com a projeção de um *powerpoint* com os objetivos do projeto e com algumas fotografias que servem de exemplo para melhor ilustrar a técnica de *photovoice* e o que a mesma representa. Algumas são fotografias de fotógrafos conceituados que utilizam a sua profissão para dar voz a cidadãos cujas vozes têm ficado invisíveis na sociedade e na investigação.

¹ Não irá ser feita uma dinâmica de grupo mais elaborada para esta finalidade, por falta de tempo/disponibilidade, dado que famílias participam numa caminhada organizada pela Mundos de Vida no mesmo dia.



Durante e/ou após a sessão, a mestranda responde a quaisquer dúvidas ou questões que as famílias tenham acerca do estudo e/ou do seu papel no mesmo, estando disponível para entregar o seu contacto caso necessário.

Nesta sessão não serão entregues máquinas fotográficas, pelo facto de a mestranda ter conhecimento de que as famílias possuem uma máquina fotográfica.

Por último, a mestranda acorda uma data para a segunda e última sessão e agradece às famílias pela sua colaboração, assim como a técnica da Mundos de Vida.



Anexo II

Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar, através da técnica de Photovoice

Objetivos do projeto
Análise de fotografias

Beatriz Vidal Maia
Mestranda em Estudos da Criança, área de Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias

Mundos de Vida
4 de Maio de 2013



Objetivos do projeto:

- Perceber se as crianças que estão acolhidas têm/veem os seus direitos respeitados no seio de uma família;
- Afirmar a importância e o respeito dos direitos das crianças a crescer em família, a serem protegidas e a participarem na sociedade como cidadãos;
- Identificar as conquistas e mudanças (positivas/negativas) na família desde o acolhimento;
- Identificar as preocupações, receios e medos sentidos pela família.





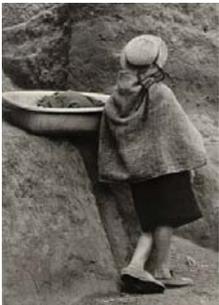
Joyce Bellei





Roberto Capa





Sebastião Salgado





Henri Cartier-Bresson





Anexo IIIa

Universidade do Minho

Instituto de Educação

Consentimento informado e voluntário de participação no projeto de mestrado “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*

No âmbito do desenvolvimento da dissertação de mestrado em Estudos da Criança – área de especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, a mestranda Beatriz Vidal Maia vem por este meio solicitar a vossa colaboração para participar no seu projeto de mestrado intitulado “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*.

A utilização desta técnica de recolha de informação neste projeto tem como objetivo promover o diálogo crítico e o conhecimento, facilitando a comunicação e o diálogo através da análise de fotografias, para:

- identificar questões importantes;
- promover mudança;
- ser um meio através do qual as pessoas apontam as questões que as afetam, bem como às suas comunidades;
- dar às pessoas a oportunidade de registar, reflectir e criticar aspectos pessoais e da comunidade de modo criativo e facilitar a compreensão do contexto, “dando voz” às pessoas.

Este projeto envolve a participação de famílias em duas sessões com um intervalo entre cada uma (duas ou mais semanas). Na primeira sessão a mestranda irá informar as famílias acerca dos objetivos e da natureza da sua participação no projeto, o que implica que ao longo de duas ou mais semanas, tirem fotografias com base no tema tratado e apresentado na sessão. Após este período realizar-se-á mais uma sessão que consta numa conversa acerca das fotografias realizadas entre as famílias e a mestranda. As duas sessões terão lugar na instituição Mundos de Vida ou em outro lugar acordado entre os implicados, se necessário, por motivos de indisponibilidade ou outros.



Confidencialidade

Toda a informação recolhida nestas sessões é confidencial, assim como as fotografias tiradas pelas famílias, sendo que qualquer elemento de identificação pessoal dos elementos envolvidos será retirado ou substituído por dados fictícios (os dados pessoais de identificação, como nomes, nomes de localidades, etc.). Apenas as famílias, a mestranda e a técnica da Mundos de Vida poderão aceder às mesmas.

A participação neste projeto, ou a recusa em participar, em nada afectará o apoio recebido por parte dos profissionais que as/os acompanham e que estão envolvidos no projecto, e não terá quaisquer implicações no seu processo na Mundos de Vida.



Universidade do Minho Instituto de Educação

Consentimento informado e voluntário de participação no projeto de mestrado “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*

Declaro que li e compreendi as condições de participação no projeto de mestrado intitulado “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*, e dou o meu consentimento / não dou o meu consentimento (riscar o que não interessa) para a participação no mesmo, tendo, igualmente, conhecimento que, em qualquer momento, poderei contactar a equipa da Mundos de Vida para retirar o consentimento, sem qualquer implicação para a intervenção e apoio que estou a receber por parte dos profissionais e valências envolvidos no projecto.

A família:

A mestranda e técnica:

Data: _____



Anexo IIIb

Universidade do Minho

Instituto de Educação

Consentimento informado e voluntário de participação no projeto de mestrado “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*

No âmbito do desenvolvimento da dissertação de mestrado em Estudos da Criança – área de especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, a mestranda Beatriz Vidal Maia vem por este meio solicitar a vossa colaboração para participar no seu projeto de mestrado intitulado “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*.

Os objetivo primordial deste projeto é perceber se as crianças que estão acolhidas têm/veem os seus direitos respeitados no seio de uma família. De acordo com o preâmbulo da Convenção dos Direitos das Crianças de 1989, a família é a unidade fundamental da sociedade e o ambiente natural para o crescimento e bem-estar das crianças. Com este projeto pretende-se afirmar a importância e o respeito dos direitos das crianças a crescer em família, a serem protegidas e a participarem na sociedade como cidadãos. E ainda identificar as conquistas e mudanças (positivas/negativas) na família desde o acolhimento, como também as preocupações, receios e medos sentidos pela família.

Pretende-se conseguir estas finalidades através da utilização do *Photovoice*, que é uma técnica de recolha de informação, através da análise de fotografias, que tem como objetivo promover o diálogo crítico e o conhecimento, facilitando a comunicação e o diálogo.

Este projeto envolve a vossa participação em duas sessões com um intervalo entre cada uma (duas ou mais semanas). A primeira sessão consta em informar-vos acerca dos objetivos e natureza da vossa participação no projeto, o que implica que ao longo de duas ou mais semanas, irão tirar fotografias com base no tema tratado e apresentado na sessão. Após este período realizar-se-á mais uma sessão durante a qual iremos conversar acerca das fotografias realizadas. As duas sessões terão lugar na instituição Mundos de Vida ou em outro lugar acordado entre nós, se necessário, por motivos de indisponibilidade ou outros.



Confidencialidade

Toda a informação recolhida nestas sessões é confidencial, assim como as fotografias tiradas pela vossa família, sendo que qualquer elemento de identificação pessoal dos elementos envolvidos será retirado ou substituído por dados fictícios (os dados pessoais de identificação, como nomes, nomes de localidades, etc.). Apenas a vossa família, a mestranda e a técnica da Mundos de Vida poderão aceder às mesmas.

A participação neste projeto, ou a recusa em participar, em nada afectará o apoio recebido por parte dos profissionais que as/os acompanham e que estão envolvidos no projecto, e não terá quaisquer implicações para o vosso processo na Mundos de Vida.



Universidade do Minho Instituto de Educação

Consentimento informado e voluntário de participação no projeto de mestrado “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*

Declaro que li e compreendi as condições de participação no projeto de mestrado intitulado “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*, e dou o meu consentimento / não dou o meu consentimento (riscar o que não interessa) para a participação no mesmo, tendo, igualmente, conhecimento que, em qualquer momento, poderei contactar a equipa da Mundos de Vida para retirar o consentimento, sem qualquer implicação para a intervenção e apoio que estou a receber por parte dos profissionais e valências envolvidos no projecto.

A família:

A mestranda e técnica:

Data: _____



Anexo IIIc

Universidade do Minho Instituto de Educação

Participação no projeto de mestrado “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*

Olá!

Sou estudante de mestrado da Universidade do Minho em Estudos da Criança. Para acabar os meus estudos tenho de fazer um trabalho e para isso gostaria de poder contar com a tua ajuda. Vou explicar-te porque é que é importante que faças parte do meu projeto de mestrado sobre as “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”.

Como o nome do projeto refere, este estudo é sobre os direitos de crianças iguais a ti a crescerem numa família. Para começar, vou pedir-te que tires fotografias e depois que tu e a tua família falem sobre elas comigo numa próxima vez que estivermos juntos. A isto se chama *Photovoice*, que é uma técnica que utiliza fotografias para depois se poder falar sobre alguns assuntos. É uma maneira de ajudar as pessoas a entenderem melhor o que sentem, do que é que têm medo, do que é que se preocupam mais, se têm dúvidas, entre outras coisas.

Quero convidar-te para estares com a tua família, comigo e com a Dra. Celina duas vezes. Na primeira vez vou explicar-vos a ti e à tua família o meu estudo e como é importante que faças parte dele. Na segunda vez que te encontrares comigo e com a Dra. Celina, vais trazer as fotografias que tu e a tua família tiraram durante umas semanas e vamos falar sobre elas.

Vamos encontrar-nos aqui na Mundos de Vida que tu já conheces, ou então noutra lugar que tu e a tua família preferirem.

Confiança

Quero-te dizer que ninguém vai saber o teu nome ou quem és. E se eu precisar de usar qualquer coisa que tu digas ou uma fotografia que tu tires, vou pedir a tua autorização. Por isso não te preocupes que ninguém vai saber que foste tu que falaste ou que tiraste aquela fotografia porque vou mudar o teu nome e tapar a tua cara e a cara das outras pessoas que estiverem na fotografia.



Universidade do Minho Instituto de Educação

Participação no projeto de mestrado “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*

Se tu queres participar e ajudar-me no meu estudo, só tens de escrever o teu nome na linha em baixo ou se preferires fazer um desenho neste espaço em branco. Eu e a Dra. Celina também vamos escrever o nosso nome.

Gostaria muito de poder contar contigo e com a tua ajuda. Obrigada.

Data: _____



Anexo IV

Universidade do Minho

Instituto de Educação

Lista de temas para a realização das fotografias do projeto “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*:

- O que nos identifica como família (de acolhimento)
- o(s) sentimento(s) / estado de espírito sentidos;
- o(s) direito(s) da(s) criança(s) – a serem protegidas, a participarem, a crescer em família, entre outros;
- a(s) conquista(s) alcançadas (pela criança e pela família) ao longo do processo de acolhimento;
- a(s) mudança(s) conseguidas desde o acolhimento na nossa família;
- as rotinas / tarefas – diferenças identificadas após o acolhimento da(s) criança(s) na dinâmica da família
- momento(s) de alegria e/ou de tristeza sentidos;
- a(s) preocupação(ões) e o(s) receio(s) sentidos por todos (por exemplo, preocupação por parte do/a(s) acolhedor/a(es) em relação à(s) criança(s) acolhida(s) no que respeita à alimentação, à escola, ao quotidiano da(s) mesma(s));
- outros.



Anexo Va

Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar, através da técnica de Photovoice

Objetivos do projeto
Análise de fotografias

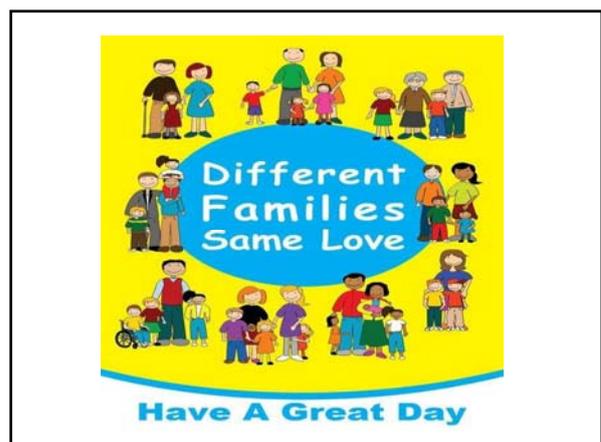
Mundos de Vida
1 de Junho de 2013

Beatriz Vidal Maia
Mestranda em Estudos da Criança, área
de Intervenção com Crianças, Jovens e
Famílias



Objetivos do projeto:

- Perceber se as crianças que estão acolhidas têm/veem os seus direitos respeitados no seio de uma família;
- Afirmar a importância e o respeito dos direitos das crianças a crescer em família, a serem protegidas e a participarem na sociedade como cidadãos;
- Identificar as conquistas e mudanças (positivas/negativas) na família desde o acolhimento;
- Identificar as preocupações, receios e medos sentidos pela família.





Anexo Vb

Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar, através da técnica de Photovoice

Objetivos do projeto
Análise de fotografias

Mundos de Vida
6 de Julho de 2013

Beatriz Vidal Maia
Mestranda em Estudos da Criança, área
de Intervenção com Crianças, Jovens e
Famílias



Objetivos do projeto:

- Perceber se as crianças que estão acolhidas têm/veem os seus direitos respeitados no seio de uma família;
- Afirmar a importância e o respeito dos direitos das crianças a crescer em família, a serem protegidas e a participarem na sociedade como cidadãos;
- Identificar as conquistas e mudanças (positivas/negativas) na família desde o acolhimento;
- Identificar as preocupações, receios e medos sentidos pela família.





Anexo VIa

Universidade do Minho Instituto de Educação

2ª Sessão com as famílias no âmbito do projeto “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*:

Data: _____

Materiais necessários:

- Computador
- Projetor
- Fotografias
- Mesa
- Cartolina
- Marcadores
- Gravador

A sessão inicia-se relembrando o tema, “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, e os objetivos deste estudo com as famílias. É lembrado novamente que a sessão vai ser gravada, e que toda a informação recolhida não vai ser divulgada, que apenas se destina ao presente estudo.

A seguir, as fotografias pertencentes a cada família vão ser projetadas. Após contempladas por cada família, é-lhes pedido que escolham quatro fotografias que gostariam de mostrar e partilhar com o grupo, e que expliquem o porquê da escolha.

É incitado em questionário circular, perguntando aos elementos de cada família:

- O significado daquelas fotografias;
- Que direito(s) da(s) criança(s) está(ão) representado(s) na(s) fotografia(s)?



- Esta(s) fotografia(s) representa alguma(s) preocupação(ões) e/ou receio(s) e/ou medo (s)? Quer partilhar?
- Que tipo de mudança(s) pode(m) apontar nesta(s) fotografia(s)? E conquistas? Que significado tem(têm) para si/vocês?
- O que cada um vê nas fotografias? Quais os sentimentos que aquela(s) fotografia(s) transmite(m)?
- Que fotografia(s) considera(m) que represente(am) bem a importância em fazer parte e crescer no seio de uma família?

Enquanto as famílias falam sobre as fotografias, a mestranda aponta na cartolina o sentimento chave, o(s) direito(s), a(s) conquista(s), a(s) mudança(s), a(s) preocupação(ões) e o(s) receio(s) apontado(s), indicado por cada família, acerca das duas fotografias escolhidas.

Na cartolina, as famílias vão estar representadas como Família A, B, C, etc. ou pelos seus sobrenomes.

De seguida, é feita uma pausa (momento de descontração, max. 10 minutos), se as famílias considerarem necessário.

De seguida, é feita uma reflexão com as famílias para analisar os pontos comuns e incomuns apontados pelas mesmas na sessão (há que ter em conta que podem ser falados ou revelados momentos que não são do conhecimentos da mestranda nem da(s) técnica(s) que acompanham o seu processo, mas que são mais fáceis de transmitir nesta sessão).

Por fim, a mestranda agradece a participação das famílias no seu projeto de mestrado e entrega uma lembrança a cada uma.



Presenças:

Para melhor guiar a sessão:

- Desejar um Feliz Dia da Criança; ter em atenção a presença das crianças na sessão;
- Pedir desculpa por não ter havido a apresentação das famílias na primeira sessão e explicar porquê; pedir uma breve apresentação se acharem necessário;
- Apresentar tema e objetivos com a ajuda do powerpoint, para relembrar;
- Mostrar as cartolinas e preencher com as famílias;
- Projetar as fotografias e, por ordem, fazer o questionário circular a cada família;
- Fazer uma pausa se as famílias acharem necessário;
- Reflexão de pontos em comum;
- Conclusão;
- Agradecimentos.



Anexo VIb

Universidade do Minho

Instituto de Educação

3ª Sessão com as famílias no âmbito do projeto “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, através da técnica de *Photovoice*:

Data: _____

Materiais necessários:

- Computador
- Projetor
- Fotografias
- Mesa
- Cartolina
- Marcadores
- Gravador

A sessão inicia-se relembrando o tema, “Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar”, e os objetivos deste estudo com as famílias. É lembrado novamente que a sessão vai ser gravada, e que toda a informação recolhida não vai ser divulgada, que apenas se destina ao presente estudo.

A seguir, as fotografias pertencentes a cada família vão ser projetadas. Após contempladas por cada família, é-lhes pedido que escolham quatro fotografias que gostariam de mostrar e partilhar com o grupo, e que expliquem o porquê da escolha.

É incitado em questionário circular, perguntando aos elementos de cada família:

- O significado daquelas fotografias;
- Que direito(s) da(s) criança(s) está(ão) representado(s) na(s) fotografia(s)?



- Esta(s) fotografia(s) representa alguma(s) preocupação(ões) e/ou receio(s) e/ou medo(s)? Quer partilhar?
- Que tipo de mudança(s) pode(m) apontar nesta(s) fotografia(s)? E conquistas? Que significado tem(têm) para si/vocês?
- O que cada um vê nas fotografias? Quais os sentimentos que aquela(s) fotografia(s) transmite(m)?
- Que fotografia(s) considera(m) que represente(am) bem a importância em fazer parte e crescer no seio de uma família?

Enquanto as famílias falam sobre as fotografias, a mestranda aponta na cartolina o sentimento chave, o(s) direito(s), a(s) conquista(s), a(s) mudança(s), a(s) preocupação(ões) e o(s) receio(s) apontado(s), indicado por cada família, acerca das duas fotografias escolhidas.

Na cartolina, as famílias vão estar representadas como Família A, B, C, etc. ou pelos seus sobrenomes.

De seguida, é feita uma pausa (momento de descontração, max. 10 minutos), se as famílias considerarem necessário.

De seguida, é feita uma reflexão com as famílias para analisar os pontos comuns e incomuns apontados pelas mesmas na sessão (há que ter em conta que podem ser falados ou revelados momentos que não são do conhecimentos da mestranda nem da(s) técnica(s) que acompanham o seu processo, mas que são mais fáceis de transmitir nesta sessão).

Por fim, a mestranda agradece a participação das famílias no seu projeto de mestrado e entrega uma lembrança a cada uma.



Presenças:

Para melhor guiar a sessão:

- Pedir desculpa por não ter havido a apresentação das famílias na primeira sessão e explicar porquê; pedir uma breve apresentação se acharem necessário;
- Apresentar tema e objetivos com a ajuda do powerpoint, para relembrar;
- Mostrar as cartolinas e preencher com as famílias;
- Projetar as fotografias e, por ordem, fazer o questionário circular a cada família;
- Fazer uma pausa se as famílias acharem necessário;
- Reflexão de pontos em comum;
- Conclusão;
- Agradecimentos.

Anexo VII

Quadro 10 - Categorias de análise e respectivas narrativas das famílias de acolhimento

Categorias de análise	Subcategorias de análise	Narrativas
Direitos das crianças - à família, à participação e à proteção		<ul style="list-style-type: none">• “As crianças têm o direito a terem uma família.” (Família A);• “A família está sempre na base principal, o direito a ter uma família.” (Família B);• “Numa certa altura que me perguntaram na reportagem, se eu pudesse escolher uma família, que tipo de família escolheria e eu disse a minha, não conheço outra, é esta que eu tenho. Não foi nesta família que cresci, mas foi a família que eu construí. É a nossa família.” (Família B);• “Elas estão bem como estão.” (Família C);• “É o construir de uma vida.” (Família F);• “O meu filho disse: desde que não venham mexer nas minhas coisas para o meu quarto, está tudo bem. Mas isto foi o primeiro impacto, porque ele agora aceita muito bem. Aceitou muito bem. Gosta muito deles, até dá banho e muda a fralda da menina.” (Família D);• “A menina veio para nossa causa por causa da minha filha.” (Família B);• “Eu fiz tratamento e elas participaram

em tudo, desde as ecografias...”
(Família C);

- “Desde o primeiro dia que fui chamada a fazer o segundo tratamento, principalmente à mais velha, foi explicado o que íamos fazer...ia comigo ao hospital. Elas participaram em tudo.” (Família C);
- “Acolhê-los....a família estava toda empenhada.” (Família F);
- “Há um sentimento escondido na fotografia que é a segurança.” (Família A);
- “Protegemo-nos muito uns aos outros.” (Família B);
- “Ela queria ir comigo quando ia levar as injeções à farmácia, mas isso eu não deixava assistir...Não acho também que há certas coisas que ela.... Mas participaram em tudo.” (Família C);
- “Á chegada a casa apareceu o meu cãozito...- eu tenho medo - e eu disse: mas não tenhas medo, e peguei nele ao colo.” (Família D);
- “Faço tudo o que posso por eles. E se puder continuar...estou disposta a tomar conta, a ajudar.” (Família D);
- “Adaptaram-se muito bem na escola. Mas não dizem que são meninos de acolhimento. Não queriam ter de explicar. E eu disse: não têm que explicar. Se vos perguntarem, vocês

		<p>dizem aquilo que entenderem.” (Família I).</p>
<p>Tipologias de famílias de acolhimento</p>	<p>➤ Família cuidadora</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Muita gente diz: ai não sei como tens coragem...afeiçoas-te a ele, dás amor a ele e depois ele sai – eu digo assim: eu faço isso porque eu não estou livre de me acontecer o mesmo...passar por uma dificuldade e ter de me tirarem os meus filhos e quando eu tivesse oportunidade...de me devolverem. Queria que mos devolvessem. E é pensar isso que me dá força. Nós pensamos isso, mas estes miúdos não pensam. O mal é isso.” (Família D); • “Eu não trabalho para a transição. Eu trabalho para a menina, hoje. Eu é que tenho de estar preparada para ela voltar. Mas se eu sofrer, sou eu. Enquanto ela estiver comigo, eu trato-a como se ela fosse minha filha.” (Família G); • “Ele tinha dificuldade de concentração e decidi colocá-lo no ensino articulado, porque ele tinha apetências para a música (violino) e uma noção de ritmo.” (Família E); • “A professora queria que ele experimentasse o violino...e depois de muita chateação ele disse que sim. [expliquei que] Se eu não provar uma laranja, não posso dizer que não

gosto da laranja. Numa brincadeira na sala de aula [a professora utilizou várias estratégias, nomeadamente brinquedos fantoches e outros instrumentos para captar a sua atenção e ensiná-lo a tocar], ele chega ao fim e diz: quero violino.” (Família E);

- “A questão material, hoje em dia já sabe que se tiver um miúdo ao lado...vai oferecer. Nesse aspeto, acho que conseguimos a 100%.” (Família G);
- “Agora meti-a nos escuteiros. Ao fim de algum tempo tinha que a meter nalguma atividade.” (Família C);
- “Eu gosto muito de ensinar as crianças. A educação é muito importante. Falar com as pessoas, respeitar as pessoas.” (Família D);
- [saber que com eles as crianças iriam ter] “O carinho e o apoio de uma família. Dá para fazer um apoio mais personalizado e muito mais intensivo, dá para dar outro tipo de mimo e carinho. O nosso projeto de vida era três [filhos biológicos] mais um. Fazer parte do projeto foi uma casualidade.” (Família A);
- “Portanto, é uma família normal, com uma vida normal.” (Família A);

- “Esta fotografia transmite a união que há na nossa família.” (Família B);
- “Estamos presentes em todas as situações, seja para bem, seja para mal. São miúdos que dão valor a tudo e se um faz uma coisa, os outros dão muita importância.” (Família B);
- “É esta a nossa trupe.” (Família B);
- “Esta é a minha família”. Esta fotografia representa tudo.” (Família C);
- “Nós permitimos um ambiente feliz, saudável, alegre, que eles também ajudam a criar com essa alegria de ser criança.” (Família F);
- “Só a minha filha é que ele inclui mais como irmã. Tem uma ligação mais forte...é o ombro amigo dele.” (Família F);
- [O nascimento da primeira filha biológica do casal] “Esta mudança significou muito. Aceitaram muito muito bem, desde o princípio.” (Família C);
- “A mais pequena agora chama mamã e papá, por causa da bebé.” (Família C);
- “Muito amor. Eles dão-se muito bem como irmãos.” (Família D);
- “Faço igualzinho. O que fiz ao meu filho, faço igualzinho a ele.” (Família D);

- “Não penso no futuro. Sei que não são meus e tenho isso muito presente, mas neste momento, hoje, são meus.” (Família F);
- “Ela não nos chama pai nem mãe, mas por exemplo, fomos ao futebol e um menino perguntou-lhe: quem é este? E ela disse: é o meu pai. Chamar, não chama, mas sente necessidade...principalmente com ele, porque ela não conheceu o pai.” (Família G);
- “Eu digo...eu não me posso esquecer dele. Ele é um menino meiguinho, ajuda muito. Tudo o que eu peço ele nunca me diz que não.” (Família D);
- “Se não quisesse que ele passasse [de ano], eu não gostava dele. Eu gosto dele. E por gostar dele, eu quero que ele seja como os outros. Como ele é de família de acolhimento...é visto de outra maneira. Para mim...eu quero que ele seja igualzinho, até melhor [que os outros].” (Família D);
- “Com ele não há discussão, há um negócio. Ele negoceia tudo. Em situações que eu imponho, ele já está a fazer negócio. Ele distrai-se. Tem de haver uma motivação, por exemplo, se levar a bola para a escola, ele come mais rápido.” (Família E);
- “Era um menino bastante mentiroso.

E agora, é assim...eu digo: é melhor dizeres a verdade do que mentir, porque um dia, quando fores grande, ninguém vai confiar em ti...e depois vais-te sentir mal.” (Família D);

- “Ele tinha pânico de dentistas. Eu tive que recorrer a vários médicos dentistas. Cheguei a ponderar a anestesia geral, mas era caríssimo. Lá conseguimos encontrar uma clínica com uma médica extraordinária com muita calma, muita paciência. Já está há um ano com aparelho nos dentes, deixa a médica fazer praticamente tudo aquilo que é necessário. Cada vez que ele se sentava na cadeira ela dizia: abre a boca, e as pernas dele ficavam no ar, tal era o estado de...medo, de pânico. Fiz aquela proteção no sentido de ele se sentir protegido.” (Família E);
- “Trabalho as dificuldades dele, trabalho o que ele tem de melhorar.” (Família E);
- No outro dia estávamos todos na piscina e um deles foi sentar-se na toalha do outro...”Mas porque é que tu te sentas na minha toalha? Essa toalha é minha. Sai da minha toalha”. E eu disse: estás a pensar bem no comportamento que estás a ter? “Porque a toalha é minha a não quero que ninguém se sente na minha

toalha” E eu disse: então vou-te explicar aqui uma coisa. Quando vieste cá para casa, tu ficaste com o quarto de quem? Ficaste na cama de quem? Então para comer, para te sentares, para fazeres a tua vida, usas o que? As coisas eram de quem? E ele disse: eram tuas. Então se nós temos de partilhar as coisas contigo...eles [os filhos] estão me a partilhar contigo, e o pai também. Se nós fossemos como tu, tu nem sequer estavas aqui.” (Família I);

- “Enquanto ela estiver comigo, eu trato-a como se ela fosse minha filha. E ela sente muita necessidade disso. Por exemplo, ela é incapaz de tomar banho sozinha. Ela é muito dependente. Quer que eu a ajude. Eu tento-lhe dar um bocadinho de carinho, uma coisa que ela nunca teve. Ela sente muita necessidade de ter uma família.” (Família G);
- “Notou-se muito que estas crianças tinham muita carência de afeto.” (Família I);
- “São miúdos que não nos largam. Andam sempre atrás de nós. Agora nem tanto como no início. Agora parece que têm outra estabilidade.” (Família I);
- “Por exemplo, no dia que eu soube que ele chumbou, eu sentei-me com

ele e disse: o que é que queres fazer? Queres ir a recurso? Não queres ir? Queres ficar no 6º [ano]? E a decisão era dele.” (Família I);

- “Eles vão para um curso profissional. Não têm capacidade na escola. Aos 18 anos eles podem decidir o que querem. Com a família deles não podem contar. Eu quero que aos 18 anos eles tenham um curso, tenham o 12º ano feito e tenham um curso para eles poderem trabalhar.” (Família I);
- “Estou a fazer uma experiência com ela, como ela vai para o ciclo, à quinta é à sexta vai sozinha no autocarro.” (Família H).

➤ Família “pausa”

- “Esta fotografia basicamente é uma aventura. Voltamos mais uma vez ao descomplicado.” (Família A);
- “A certo ponto foram limitados [por iniciativa da equipa de acompanhamento da Mundos de Vida], porque o contacto com a família biológica também prejudicou o comportamento deles.” (Família F);
- “Incentivamos os miúdos a explorar as situações.” (Família F);
- “A aceitação da família demorou um pouquinho mais, acho que cerca de um ano e meio, até ele perceber que [esta] era a família dele neste momento e era connosco que ele tinha de viver neste momento.

		<p>Portanto, a partir daí que ele percebeu isso, e que não era um menino diferente...” (Família F).</p>
<p>Acolhimento familiar: motivações e emoções</p>	<p>➤ Família mediadora</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Os dois tiveram contacto com a família biológica até á um mês atrás, sensivelmente. Foram sempre respeitados e incentivados. Até certo ponto, foram sempre incentivados esses contactos e foram elogiados os pais: ‘a tua mãe gosta na mesma de ti, o teu pai gosta na mesma de ti’, nem eu duvido neste momento que eles não gostem, mas as circunstâncias da vida não permitem outra situação neste momento. Isso sempre foi premiado.” (Família F); • “A mãe tinha tido o irmãozito há duas semanitas e não podia fazer a deslocação e então fiz eu a deslocação com os meninos para ele comemorar o segundo aniversário, porque não tinha passado o primeiro aniversário com a mãe. Foi também o facilitar o contacto com a família.” (Família F).
	<p>➤ Motivações ao acolhimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “A iniciativa foi da minha esposa, claro que eu fui atrás...” (Família G); • “Ser uma família disponível. A ideia inicial foi minha, mas muito bem acolhida pela minha filha e depois acabámos por convencer o meu marido que era mais renitente.” (Família F);

- “Foi num supermercado...fui às compras com o meu marido e vi...a tal menina. O meu marido pegou o papel e encantou-lhe os olhos [da menina no panfleto da publicidade acerca do acolhimento familiar]. Olhar para o cartaz...chama logo para a gente ir.” (Família D);
- “Uma menina tão linda a precisar de um abraço, vamos dá-lo.” (Família D);
- “A minha ideia era um menino. Vi os panfletos da Mundos de Vida e inscrevi-me.” (Família H);
- “Foi sempre uma coisa que eu e o meu marido quisemos...ajudar.” (Família C);
- “Sentido de querer colaborar e ajudar.” (Família B);
- “É um trabalho louvável.” (Família D);
- “Muita gente pensa que ficamos ricos [risos]. Mas não, é mesmo o amor que a gente tem. É assim, eu sinto-me bem. Sinto-me útil, porque estou a fazer um bem à sociedade, aos meninos que precisam...crianças que podiam estar pior e estão numa família normal.” (Família D);
- “Se de alguma forma a nossa presença nalgum sítio ou espaço surtir algum efeito, eu fico feliz.” (Família B).

➤ Emoções –
expressão de
sentimentos
positivos e
negativos

- “Não é isto que vai complicar a vida. Se fosse nosso era igual.” (Família A);
- “Na idade que a minha filha tinha na altura da formação foi muito importante...16 anos...foi importante para ela, revelou maturidade.” (Família B);
- “É um trabalho muito gratificante...muito muito. Faço com muito amor.” (Família D);
- “O que interessa é que a gente tenha amor, tenha vontade, tenha carinho.” (Família D);
- “Sinto-me valorizada porque sou capaz.” (Família D);
- “O amor que existe na família...e felicidade...muita felicidade.” (Família C);
- [Fotografia de família nos primeiros dias que estiveram todos juntos] “Estávamo-nos a conhecer uns aos outros. Acho que correu mesmo muito bem. É mesmo uma família.” (Família I);
- “Quem põe 5 pratos na mesa, põe 6 ou 7 ou 8. É igual.” (Família D);
- “Como estava em casa, sentia-me muito só, desmotivada...o meu marido disse: e que tal fazermos a formação? Eu disse: acho ótimo, principalmente...há tantas crianças que precisam de ajuda, os pais não

**Mudanças -
conquistas e
sucessos**

podem...” (Família D).

- “Ele fez questão de perante a turma dizer: quero ser polícia para tirar o pai da cadeia. Ele disse-me que muitos meninos que não eram amigos dele que, a partir do momento que ele disse...ficaram amigos dele.” (Família D);
- “Ele no 3º ano não tinha a noção das regras de escola...perturbava os colegas...não sabia estar dentro de uma sala de aula. Hoje em dia ele comporta-se na sala de aula, sem nenhuma chamada de atenção da escola.” (Família E);
- “Ele tinha imensas dificuldades em...5 minutos para nós são 5 minutos, para ele podem ser 15. Hoje em dia já tem mais esta noção. Ele tem evoluído imenso. E depois dá rotinas, organização, responsabilidade.” (Família E);
- “A ideia inicial foi minha, mas muito bem acolhida pela minha filha e depois acabámos por convencer o meu marido que era mais reticente” (Família F);
- “Sentia-se um menino diferente porque não estava com a família dele. Teve de ser a psicóloga a trabalhar com ele, a fazer-lhe ver que era uma situação transitória, mas de qualquer forma não era um menino único nesta

situação, era uma coisa que acontecia a vários meninos. E ele aceitou.” (Família F);

- “Ele tem evoluído muito: era um menino selvagem e hoje é um menino perfeitamente normal. Foi uma luta difícil, mas conseguimos. O mais velho mudou em 90%, em termos de comportamento. Houve uma evolução e foi um trabalho de toda a família que se envolveu. A aceitação da família demorou um pouquinho mais, acho que cerca de um ano e meio, até ele perceber que [esta] era a família dele neste momento e era conosco que ele tinha de viver neste momento. Portanto, a partir daí que ele percebeu isso, e que não era um menino diferente...” (Família F);
- [Já depois de estarem acolhidos, tiveram um irmão que também foi retirado e colocado numa instituição; empenho de todos em ultrapassar situação difícil] “Fiquei muito contente, porque foi uma fase difícil que ele ultrapassou.” (Família F);
- [Houve] “Muitas muitas muitas conquistas, por exemplo, o gosto pela leitura, até o brincar, o gosto por saber brincar, por saber jogar, pela música”, [o mais novo] “o gosto pelas pinturas.” (Família F);
- “Conquista de já ter os amigos dele e

**Preocupações
sentidas pelas
famílias de
acolhimento**

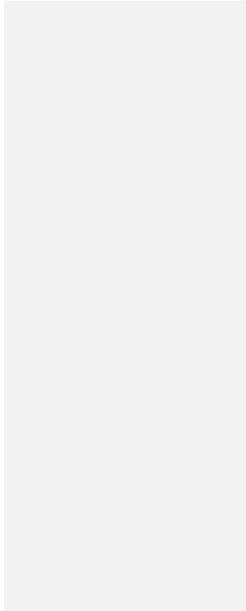
de fazer uma lista de convidados para a festa dele, porque até aí não tinha sequer um grupo de amigos. Nunca teve. Não sabia sequer o que era ter um grupo de amigos.” (Família F);

- “Um das coisas que mais me custou é que ela teve de levar muitos castigos, porque ela era muito teimosa e muito mentirosa. Ela hoje está muito melhor...era capaz de acusar outra pessoa. Ela mudou muito.” (Família G);
- “Hoje ela partilha as coisas com os outros meninos. Ela evoluiu muito.” (Família G);
- “Sabe que tem de lavar os dentes, tomar banho, por o creme na cara...tudo isso ela faz sozinha já.” (Família G).

- [Preocupação monetária] “Não é fácil.” (Família A);
- “Eu não queria uma tão pequenina porque como não tínhamos filhos eu sabia que nos iríamos agarrar muito, mas tinham que vir as duas.” (Família C);
- “Receio muito maior, porque a mais pequenina com dois anos precisa de tudo.” (Família C);
- “Medo e receio de serem tiradas para ir para o pai biológico. Parece que o pai vai querê-la...a pequenita. Elas estão bem como estão, mas

principalmente uma tia, que está a picar.” (Família C);

- “O meu problema nisto tudo é que eu sei que elas têm de ir para o pai ou para a mãe, mas aqui o facto da mais velha não ser nada à família da irmã e ela perceber isso...e vai contrariada.” (Família C);
- “Estou sempre com medo quando é que eles vão...” (Família D);
- “...é o receio de irem embora.” (Família D);
- “Precisamente a questão de ganhar laços com as crianças, que depois a certa altura, teria de ser ele a cortar – é a ideia do medo, mas que foi ultrapassada.” (Família F);
- “Eu também mantenho-me um bocadinho mais à parte. Tento manter aquele pezinho atrás. É assim, eu gosto muito da miúda. A iniciativa foi da minha esposa, claro que eu fui atrás...Se de hoje para amanhã nos é retirada a criança...a minha esposa envolve-se muito mais...não seria só eu a estar destroçado.” (Família G);
- “Vi os panfletos da Mundos de Vida, inscrevi-me. Mas a doutora falou-me se eu não ficava com uma menina. Fiquei com ela. Ao princípio com um bocado de medo, receio. Não foi fácil...tive que comprar coisas e...os filhos às vezes sentem um



bocado...fui ao desespero, tive que lhe dar [a uma filha] uma sapatada, coisa que nunca que lhe dei. Estava mesmo a pensar desistir.” (Família H);

- “Uma das crianças anda no psicólogo e disse ao psicólogo que o maior medo era no fim do ano ter de sair lá de casa.” (Família I);
- “Eles têm receio de ser substituídos.” (Família I).